

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, sendo suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. A Energisa tem sua sede localizada na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, e o seu principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas. A Energisa também presta serviços administrativos a suas controladas. As controladas Energisa MG, Energisa SE e Energisa PB possuem registro de companhia aberta.

Abaixo apresentamos as características das controladas:

Controladas	Ramo de negócio	Área de atuação	Nº de consumidores
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia elétrica	65 municípios em MG e 1 município no RJ	382.489
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia elétrica	63 municípios em SE	625.183
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia elétrica	216 municípios na PB	1.167.517
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia elétrica	6 municípios na PB	172.531
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia elétrica	1 município no RJ	94.400
Energisa Soluções S/A	Serviços correlatos de geração/distribuição de energia elétrica	-	-
Energisa Comercializadora Ltda	Compra, venda e intermediação de negócios com energia elétrica	-	-
Energisa Serviços Aéreos S/A	Inspeção termográfica aérea	-	-
Energisa Planejamento e Corretagem Seguros Ltda	Corretagens de seguro	-	-
Energisa Geração Rio Grande S/A	Geração de energia elétrica (hidráulica)	-	-
SPE Cristina Energia S/A (*)	Geração de energia elétrica (hidráulica)	-	-
Termosergipe S/A	Co-geração de energia elétrica	(sem operações)	-
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A	Geração de energia elétrica (hidráulica)	(em fase pré operacional)	-
Energisa Geração Usina Mauricio	Geração de energia elétrica (hidráulica)	(em fase pré operacional)	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (**)	Holding dos Parques Eólicos	(em fase pré operacional)	-

(*) Empresa adquirida em dezembro de 2011.

(**) Empresa Holding, que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A, que por sua vez possuem autorização para construção dos Parques Eólicos.

As principais obrigações das concessionárias, previstas no contrato de concessão conforme ICPC 01 (R1) e ICPC 17, consistem em:

I - Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;

III - Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da ANEEL alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a: revisão e reajustes tarifários, classificação da concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 10, 19, 28 e 38, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de março de 2012.

Declaração de conformidade com as normas IFRS e BRGAAP

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por normas da CVM estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil que prevêm a aplicação do método de equivalência patrimonial para o registro dos investimentos em controladas. As demonstrações contábeis individuais não são consideradas integralmente adaptadas ao IFRS, que exigem a avaliação dos investimentos nas demonstrações individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas

transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, planos de aposentadoria e pensões, ativos fiscais e créditos tributários diferidos, marcação a mercados dos instrumentos financeiros. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013:

IFRS 9 Instrumentos financeiros - estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Contábeis Consolidadas - inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos aos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades consolidadas.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) disponíveis para venda - as avaliações a mercado são contabilizadas no patrimônio líquido e transferidas para o resultado quando desreconhecidas; (iii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 35.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e bancos; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, Clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos;

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- c. Clientes, consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão, classificado como empréstimo e recebível, mantido ao custo amortizável, sendo sua remuneração correspondente ao WACC regulatório determinado pela ANEEL, recebida via tarifa, registrada como receita financeira, no grupo de receitas operacionais;

Embora a ANEEL exerça o controle regulatório sobre a infraestrutura da concessão, com normas específicas de valorização, controle e utilização da “base regulatória” para fins de determinação das tarifas, o arcabouço regulatório ainda carece de regulamentação quanto a valorização do ativo financeiro a ser indenizado ao final das concessões. Diante dessas incertezas, a Administração concluiu, conservadoramente, que neste momento, a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão, é o valor dos ativos em serviço registrados ao custo histórico.

- g. Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela a ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC´s, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem.
- h. Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela a ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC´s, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem.
- i. Investimentos - os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas quando aplicável;
- j. Combinação de negócios - a diferença entre valor pago a menor e o valor justo dos ativos e passivos na aquisição de controle acionário em controlada, não passíveis de alocação no acervo adquirido, são reconhecidos no resultado do exercício como compra vantajosa. (vide nota explicativa nº 17);

- k. Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (nota nº 18).

- l. Arrendamento mercantil financeiro - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira.
- m. Intangível - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas Energisa SE em 30 anos, a partir de dezembro de 1997; Energisa PB, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000; Energisa NF pelo período remanescente de 18 anos, a partir de julho de 1997 e Energisa BO em 30 anos, a partir de janeiro de 2000, bem como dos projetos eólicos serão amortizados em 20 anos a partir da entrada em operação dos empreendimentos. (vide nota explicativa nº 19.2);
- n. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- o. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011;

- p. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

- q. Derivativos - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 35;

- r. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia e suas controladas optaram por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, quando as projeções financeiras indicam a probabilidade de lucros futuros sujeitos à tributação em montantes suficientes a realização dos ativos constituídos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- s. Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas na região

Nordeste, são reconhecidas no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;

- t. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As contingências estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- u. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos e passivos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento ou pagamento pré-fixada ou pós-fixada, nas datas das respectivas transações;
- v. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações contábeis, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido;
- w. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- x. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- y. Demais ativos e passivos circulante e não circulante - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

4 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Energisa e de suas controladas a seguir relacionadas:

	Participações societárias permanentes (%)	
	2011	2010
Energisa SE	100	100
Energisa BO	100	100
Energisa PB	100	100
Energisa MG	100	100
Energisa NF	100	100
Energisa Soluções S/A	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Prospeção S/A	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	100	100
Energisa Comercializadora Ltda	100	100
Energisa Geração Rio Grande S/A	100	100
PCH Zé Tunim (1)	100	100
SPE Cristina Energia S/A (4)	100	-
Termosergipe S/A (2)	100	100
Renascença I, II, III e IV (1)	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda (1)	100	100
Ventos de São Miguel Energias Renováveis Ltda (1)	100	100
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (3)	100	-
Alvorada Direitos Creditórios S/A	50	-

(1) Em fase pré-operacional.

(2) Sem operações.

(3) Empresa Holding que detém o controle acionário de cinco empresas de propósitos específicos (Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), detentoras de projetos eólicos localizados no município de Parazinho - RN.

(4) Controle acionário adquirido em dezembro de 2011 (vide nota explicativa nº 17)

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2011 e 2010. As demonstrações contábeis das controladas, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da Companhia.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5 Informações por segmentos

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Segue o resumo das operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2011				
	Geração	Distribuição	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	7.917	2.285.260	106.988	26.448	2.426.613
Receitas Intersegmentos	4.295	3.766	-	82.966	91.027
Total	12.212	2.289.026	106.988	109.414	2.517.640
Receitas Financeiras	1.199	83.467	2.646	54.029	141.341
Despesas Financeiras	(4.202)	(183.778)	(552)	(108.962)	(297.494)
Total	(3.003)	(100.311)	2.094	(54.933)	(156.153)
Depreciação e amortização	1.300	108.924	-	21.230	131.454
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	887	296.001	7.954	206.529	267.332
Ativos dos segmentos divulgáveis	393.577	3.034.319	39.800	2.233.880	5.701.576
Passivos dos segmentos divulgáveis	182.919	1.915.502	35.826	891.342	3.025.589

	2010				
	Geração	Distribuição	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	-	2.058.145	68.784	27.390	2.154.319
Receitas Intersegmentos	-	2.810	-	73.249	76.059
Total	-	2.060.955	68.784	100.639	2.230.378
Receitas Financeiras	208	102.371	708	31.709	134.344
Despesas Financeiras	(127)	(165.480)	(833)	(68.052)	(233.841)
Total	81	(63.109)	(125)	(36.343)	(99.497)
Depreciação e amortização	9	99.301	-	37.250	136.560
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	(223)	287.916	6.443	189.257	264.437
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	228.217	228.217
Ativos dos segmentos divulgáveis	211.411	2.860.768	35.611	1.719.745	4.827.535
Passivos dos segmentos divulgáveis	139.960	1.823.247	32.361	491.835	2.487.403

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos, passivos de segmento

	2011	2010
Receita		
Receita Total de segmentos	2.517.640	2.230.378
Eliminação de receitas intersegmentos	(91.027)	(76.059)
Receita Consolidada	2.426.613	2.154.319
Lucros		
Total de lucros por segmentos	511.371	491.482
Outros ganhos e perdas	86	1.172
Resultado de equivalência patrimonial	(244.125)	(228.217)
Lucro Consolidado antes do imposto de renda e contribuição social	267.332	264.437
Ativo		
Ativo Total dos segmentos	5.701.576	4.827.535
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(1.371.714)	(1.151.970)
Outros valores não alocados	(71.459)	(41.339)
Total Ativo consolidado	4.258.403	3.634.226
Passivo		
Passivo Total dos segmentos	3.025.587	2.487.405
Outros valores não alocados	(71.459)	(41.339)
Total Passivo consolidado	2.954.128	2.446.066

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				2011	2010	2011	2010
ABC BRASIL	LCA	05/01/2011 a 06/01/2011	35% do CDI	-	-	-	2.703
BIC Banco	CDB	27/02/2012 18/1/2013 a 24/01/2014	113,0% do CDI 112,0% a 115,0% do CDI	-	-	14.938	31.939
BMG	CDB			-	29.210	23.771	49.520
Bradesco	Título de capitalização	02/03/2013	Poupança + 0,5% a.m.	-	-	71	140
Bradesco	CDB	22/04/2014	95,5% do CDI	-	-	-	10
BTG Pactual	LCA	14/01/2011 29/04/2013 a	35% do CDI 100,5% do CDI a	-	-	-	3.490
CEF	CDB	03/12/2013	100,7% do CDI	40.929	-	95.275	-
Cruzeiro do Sul	DPGE	02/05/2012	112,0% do CDI	-	-	2.328	5.613
Daycoval	CDB	30/01/2012	112,0% do CDI	27.986	-	27.986	5.617
Fibra	CDB	30/01/2012	113,0% do CDI	16.808	-	16.808	-
HSBC	CDB	28/02/2012 30/09/2014 a 29/12/2016	103,3% do CDI 105,0% do CDI	-	-	-	1.550
Mercantil	CDB	31/08/2021 a	105,0% do CDI	11.628	-	22.174	14.018
Mercantil FID	CDB	22/10/2021	105,0% do CDI	-	-	1.111	1.161
Nordeste	CDB	01/10/2012	101,0% do CDI	-	-	-	10.254
Nordeste	Título de Capitalização	22/12/2013 03/12/2013 a	100,0% do CDI	-	-	19	18
Santander	Debêntures	19/12/2013	103,2% do CDI	100	-	9.730	-
Sofisa	CDB	27/01/2012 02/02/2012 a	115,0% do CDI 109,0% do CDI	19.097	-	19.097	3.214
Standard Bank	CDB	03/02/2012	109,0% do CDI	6.773	-	15.592	12.946
Unibanco	Debêntures	20/10/2011	100,5% do CDI	-	-	-	818
				123.321	29.210	248.900	143.011
Aplicações financeiras disponíveis para venda							
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	10.004	-
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	12.540	4.227	30.412	22.029
Fundo Capitânia	Fundo de treasury	-	Benchmark CDI	-	-	-	729
Fundo GAP	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	-	734
Multipartifólio	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	-	1.046
Fundo JPG Max FIC FIM	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	-	1.249
Fundo Kondor FIC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	-	726
Fundo Oren Dinâmico	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	-	1.045
Fundo Paineiras Hedge FI	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	-	105
Fundo Pátria Equity	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	-	104.993
Fundo Plural	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	53.900	-	526
Fundo Quest Long Short	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	-	39.619
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	33.014	5.565	31.322
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	168	10.770	871	-
Sul América	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	7.662	-	12.664	-
				20.370	101.911	59.516	204.123
Total				143.691	131.121	308.416	347.134
Caixa e bancos				730	411	46.607	35.592
Total caixa e equivalente de caixa				144.421	131.532	355.023	382.726

(*) As datas apresentadas representam os vencimentos dos títulos que lastreiam as aplicações financeiras. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias pelas taxas contratadas.

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				2011	2010	2011	2010
ABC Brasil	CDB	24/02/2012 a 03/07/2012	103,0% a 106,0% do CDI	-	-	120	110
BES	CDB	03/04/2012 a 10/10/2013	103,0% a 115,0% do CDI	25.814	-	25.971	186
BIC Banco	CDB	16/08/2012 a 22/02/2013	98,0% a 115,0% do CDI	61.824	-	78.033	312
BMG	CDB	10/06/2013 a 24/04/2014	105,0% do CDI a 112,0% do CDI	33.722	-	40.424	2.953
Bradesco	CDB	30/08/2012 a 02/12/2013	96,0% a 100,0% do CDI	-	-	629	1.133
Bradesco	Debêntures Letra	09/01/2012 a 13/11/2012	100,0% do CDI	-	-	15.729	17.092
Bradesco	Financeira	08/02/2013	106,5% do CDI	15.551	-	15.551	-
Bradesco	Poupança	-	Poupança	-	-	521	528
BTG Pactual	CDB	04/04/2011 a 11/04/2011	106,1% do CDI	-	-	-	16.170
CEF	Poupança	-	Poupança	-	-	1.509	230
Cruzeiro do Sul	DPGE	30/12/2011	112% do CDI	-	3.187	-	5.188
HSBC	CDB	03/02/2012 a 17/08/2012	100,0% a 103,3% do CDI	-	-	605	542
Itaú	CDB	06/07/2012 a 03/12/2013	100,0% a 103,5% do CDI	2	-	1.129	408
Itaú	Debêntures Fundo de Investimento	04/10/2012 a 06/12/2013	99,0% a 103,5% do CDI	5	4	1.293	1.551
Itaú		-	Benchmark CDI	-	-	775	957
Mercantil	DPGE	30/06/2011	110% do CDI	-	-	-	15.866
Nordeste	CDB	30/11/2012 a 30/09/2019	90,0% a 100,0% do CDI	-	-	47.286	51.691
Pine	CDB	02/07/2012 a 21/06/2013	100,0% a 111,0% do CDI	-	-	10.918	782
Pine	DPGE	01/07/2011	110% do CDI	-	13.751	-	15.867
Safra	Debêntures Letra	18/07/2012	100,0% do CDI	-	-	20	18
Safra	Financeira	01/02/2013	108,5% do CDI	96.512	-	96.512	-
Sofisa	CDB	26/04/2011	109% do CDI	-	-	-	1.122
Standard Bank	CDB	06/02/2012	100,25% do CDI	-	-	4	-
Votorantim	CDB	10/08/2012	100,5% do CDI	-	-	18	16
Votorantim	Debêntures	27/06/2012	106,0% do CDI	-	-	20.009	-
				233.430	16.942	357.056	132.722
Aplicações financeiras disponíveis para venda							
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	4.996	15.127
				-	-	4.996	15.127
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento							
Itaú	Fundo de Investimento em direitos creditórios	01/11/2012 a 29/12/2020	100,0% do CDI	-	-	17.199	17.375
BicBanco	CDB	10/04/12	113,0% do CDI	-	-	222	-
Citibank	Fundo de Investimento	15/01/25	Benchmark CDI	-	-	12.672	16.425
				-	-	30.093	33.800
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				233.430	16.942	392.145	181.649
Total caixa e equivalente de caixa				144.421	131.532	355.301	382.726
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				233.430	16.942	392.145	181.649
				377.851	148.474	747.446	564.375
Circulante				233.430	16.942	361.753	147.355
Não circulante				-	-	30.392	34.294

(*) Aplicações em cotas subordinadas do FIDC.

7 Clientes, consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Controladora (1)				Consolidado				Total	
	Saldos		Vencidos							
	2011	2010	Vincendos (2)	Até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2011	2010
Residencial	-	-	69.645	33.326	7.645	3.788	626	133	115.163	100.204
Industrial	-	-	51.943	2.684	365	510	2.807	7.131	65.440	65.832
Comércio, serviços e outras atividades	-	-	49.111	9.314	2.438	1.493	1.204	682	64.242	55.613
Rural	-	-	10.396	2.499	995	1.402	3.229	1.745	20.266	20.454
Poder público:										
Federal	-	-	4.000	236	104	75	36	-	4.451	6.512
Estadual	-	-	4.928	346	133	75	64	-	5.546	8.663
Municipal	-	-	6.178	433	165	133	70	-	6.979	8.892
Iluminação pública	-	-	8.061	696	202	46	49	-	9.054	8.469
Serviço público	-	-	10.162	169	196	179	283	-	10.989	10.727
Subtotal - consumidores	-	-	214.424	49.703	12.243	7.701	8.368	9.691	302.130	285.366
Concessionárias (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	23.787	21.893
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	72.172	51.952
Outros valores a receber	4.488	3.651	-	-	-	-	-	-	49.678	53.692
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.029)	(16.842)
Total	4.488	3.651	214.424	49.703	12.243	7.701	8.368	9.691	428.738	396.061
Circulante	4.488	3.651	-	-	-	-	-	-	412.619	379.942
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	16.119	16.119

(1) Refere-se a serviços administrativos prestados as controladas, suportado por contrato aprovado pela ANEEL (vide nota explicativa nº13).

(2) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis após a entrega das faturas, para efetuar os pagamentos.

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$18.202 (R\$17.815 em 2010), relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2010, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2011. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante, no montante de R\$4.395 (R\$12.581 em 2010), referente à aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços de sistema, é conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	2011	2010
Saldo a vencer	197	105
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	13.562	13.562
Créditos vencidos (*)	4.443	4.148
	18.202	17.815
(-) Aquisição de energia na CCEE	(2.288)	(5.279)
(-) Encargos de serviços do sistema	(2.107)	(7.302)
	13.807	5.234

(*) As controladas constituíram provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$2.700.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no

Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

As controladas Energisa SE, Energisa MG e Energisa NF, não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

8 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a naturezas destes ativos (IGPM).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos estão demonstrados como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Títulos de créditos a receber	955	2.989	194.226	170.694
Ajuste a valor presente	-	-	(26.388)	(21.062)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	-	-	(25.671)	(23.603)
	<u>955</u>	<u>2.989</u>	<u>142.167</u>	<u>126.029</u>
Circulante	-	2.909	68.362	65.055
Não circulante	955	80	73.805	60.974

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2011, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
Títulos vencidos	-	25.671
2012	-	66.070
2013	48	43.207
2014	48	18.643
2015	48	14.366
2016	48	10.774
2017	48	6.690
2017 em diante	715	8.805
Subtotal	<u>955</u>	<u>194.226</u>
Ajuste a valor presente	-	(26.388)
	<u>955</u>	<u>167.838</u>

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2011	2010
Saldo - inicial	40.445	60.032
Provisões constituídas no exercício	12.545	13.834
Reversão de provisões no exercício	(8.290)	(33.421)
Saldo - final - circulante	<u>44.700</u>	<u>40.445</u>
Contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias	19.029	16.842
Títulos de créditos a receber	25.671	23.603

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

10 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo poder concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica das controladas ocorrem com as seguintes periodicidades: (i) a cada 4 anos - Energisa MG, Energisa NF, Energisa BO e Energisa PB, sendo as próximas revisões em junho de 2012 (EMG e ENF), janeiro de 2013 (EBO) e agosto de 2013 (EPB); e (ii) a cada 5 anos - Energisa SE, sendo a próxima revisão em abril de 2013.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Reajustes tarifários:

Em 01 de fevereiro de 2011, por meio da Resolução nº 1.110, foi homologado o reajuste tarifário da controlada Energisa BO em vigor desde 04 de fevereiro de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 14,61%.

Em 31 de janeiro de 2012, a ANEEL através da Resolução nº 1.259, foi homologado o reajuste tarifário da Energisa BO, a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2012. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores será de 8,93%

Em 20 de abril de 2011, por meio da Resolução nº 1.137, foi homologado o reajuste tarifário da controlada Energisa SE em vigor desde 22 de abril de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 11,42%.

Em 14 de junho de 2011, por meio das Resoluções nº 1.154 e 1.155, foram homologados os reajustes tarifários das controladas Energisa NF e Energisa MG em vigor desde 18 de junho de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 12,85% e 2,73%, respectivamente.

Em 26 de agosto de 2011, por meio da Resolução nº 1.191, foi homologado o reajuste tarifário da controlada Energisa PB em vigor desde 28 de agosto de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 7,46%.

11 Recomposição tarifária extraordinária (RTE) - consolidado

A ANEEL editou a Resolução Normativa nº 387/2009, estabelecendo nova metodologia de cálculo do repasse de energia livre devidos aos geradores, abrangendo a todo o período de faturamento da RTE (2002 a 2008).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos a receber e a pagar, são como segue:

	2011	2010
Energisa MG	136	136
Energisa SE	(357)	(362)
Energisa PB	1.784	1.784
	<u>1.563</u>	<u>1.558</u>

A liquidação dos saldos foi suspensa com base em liminares obtidas por diversas distribuidoras que questionaram os termos da Resolução ANEEL 387/2009.

12 Baixa renda e outros créditos

	2011	2010	2011	2010
Baixa renda	-	-	18.390	23.420
Outros	2.874	1.974	66.478	48.315
	<u>2.874</u>	<u>1.974</u>	<u>84.868</u>	<u>71.735</u>

Baixa renda - consolidado

	Energisa MG	Energisa NF	Energisa SE	Energisa PB	Energisa BO	Total
Saldo - 2009	2.980	585	6.742	14.965	2.557	27.829
Subvenção baixa renda	17.821	2.217	25.765	56.806	5.222	107.831
Ressarcimento Eletrobrás	(17.541)	(2.247)	(28.056)	(57.518)	(6.878)	(112.240)
Saldo - 2010	3.260	555	4.451	14.253	901	23.420
Subvenção baixa renda	14.571	1.552	23.654	51.305	5.068	96.150
Ressarcimento Eletrobrás	(15.447)	(1.263)	(23.785)	(55.670)	(5.015)	(101.180)
Saldo - 2011	<u>2.384</u>	<u>844</u>	<u>4.320</u>	<u>9.888</u>	<u>954</u>	<u>18.390</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização do saldo.

13 Transações com partes relacionadas

A Companhia é a Holding do GRUPO ENERGISA e detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 1, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (65,9% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Itacatu S/A (50,6% do capital votante) e pela Multisetor S/A (26,4% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,16% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,6% do capital votante).

A seguir, resumo dos saldos com parte relacionadas ocorridas no exercício de 2011 e 2010:

Controladora:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>
Clientes, consumidores e concessionárias (1)	4.354	3.612
Mútuos (2):		
Energisa Serviços Aéreos S/A	263	420
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	21.429	20.954
Energisa Geração Rio Grande S/A	8.891	-
Energisa Soluções S/A	3.207	-
SPE Cristina Energia S/A	9.074	-
	<u>42.864</u>	<u>21.374</u>
Investimentos - Adiantamento para futuro aumento de capital (3):		
. Energisa Geração Rio Grande S/A	46.851	-
. Renascença I,II,III e IV	1.610	1.602
. Ventos de São Miguel	134	542
. Parque Eólico Sobradinho	1.636	274
. PCH Zé Tunin	9.527	9
. Central Eólica Renascença I,II,III e IV	-	53
. Central Eólica Ventos de São Miguel	-	13
. Energisa Geração Usina Maurício	12	-
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	880	-
. Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A	1.473	-
	<u>62.123</u>	<u>2.493</u>
Total	<u>109.341</u>	<u>27.479</u>

- (1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela a ANEEL.
- (2) Os mútuos são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,68% a.a (CDI +1,18% a.a em 2010), que refletem as condições usuais praticados pela controladora e suas controladas no mercado financeiro.
- (3) Os adiantamentos para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

	<u>Energisa</u>	<u>Energisa</u>	<u>Energisa</u>	<u>Energisa</u>	<u>Energisa</u>	<u>Energisa</u>	<u>Energisa</u>	<u>Energisa</u>	<u>Energisa</u>	<u>Energisa</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
	<u>MG</u>	<u>PB</u>	<u>SE</u>	<u>Serv. Aéreos</u>	<u>BO</u>	<u>Rio Grande</u>	<u>SPE Cristina</u>	<u>Comercializadora</u>	<u>Soluções</u>	<u>NF</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Serviços administrativos contratados (*)	9.448	19.195	11.681	(137)	5.122	-	-	-	1.468	4.221	50.998	46.236
Receitas (Despesas) financeiras	-	-	-	60	-	954	134	2.568	206	-	3.922	653

Remuneração dos administradores

No exercício, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$239 (R\$191 em 2010) e da Diretoria foi de R\$113 (R\$104 em 2010) na controladora e R\$3.710 (R\$3.673 em 2010) e R\$8.594 (R\$8.568 em 2010) no consolidado. Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$7 (R\$9 em 2010) na controladora e R\$1.368 (R\$1.308 em 2010) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$57 (R\$46 em 2010) na controladora e R\$1.969 (R\$1.948 em 2010) no consolidado.

Na AGO de abril de 2011, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2011 em R\$921 na controladora e R\$21.079 no consolidado.

No exercício de 2011, a maior e a menor remunerações atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$2 e R\$1 na controladora e R\$75 e R\$3 no consolidado (R\$2 e R\$1 na controladora e R\$75 e R\$1 no consolidado em 2010), respectivamente. A remuneração média mensal no exercício de 2011 foi de R\$1 na controladora e R\$34 no consolidado (R\$1 na controladora e R\$34 no consolidado em 2010).

14 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	68.848	65.564
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	173	-	5.885	3.294
Imposto de Renda - IRPJ	6.571	8.237	13.620	15.719
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	588	973	2.017	2.292
PIS e COFINS	160	142	68.827	75.957
Crédito fiscal (1)	-	-	99.753	107.315
Outros	-	150	9.403	7.960
	<u>7.492</u>	<u>9.502</u>	<u>268.353</u>	<u>278.101</u>
Circulante	7.492	9.502	114.466	120.266
Não circulante	-	-	153.887	157.835

(1) Crédito fiscal - ágio incorporado - consolidado

As controladas Energisa NF, Energisa BO e Energisa PB, possuem créditos fiscais referentes a ágios incorporados de suas controladoras, líquidos do valor da provisão para integridade do Patrimônio, constituída de acordo com a Instrução CVM 349/2001.

Segue-se movimentação no exercício:

	Energisa NF		Energisa BO		Energisa PB		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	7.267	8.583	20.467	21.660	79.581	84.680	107.315	114.923
(-) Amortização	<u>(1.371)</u>	<u>(1.316)</u>	<u>(1.193)</u>	<u>(1.193)</u>	<u>(4.998)</u>	<u>(5.099)</u>	<u>(7.562)</u>	<u>(7.608)</u>
Saldo final	<u>5.896</u>	<u>7.267</u>	<u>19.274</u>	<u>20.467</u>	<u>74.583</u>	<u>79.581</u>	<u>99.753</u>	<u>107.315</u>
Circulante	1.426	1.371	1.193	1.193	4.899	4.999	7.518	7.563
Não circulante	4.470	5.896	18.081	19.274	69.684	74.582	92.235	99.752

Os créditos fiscais estão sendo amortizados pelo prazo remanescente de exploração da concessão das controladas: Energisa NF (4 anos), Energisa BO (19 anos) e Energisa PB (20 anos) segundo a curva de rentabilidade projetada dessas controladas, conforme determinam as Resoluções Autorizativas ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006 (Energisa PB e Energisa BO) e nº 771 de 19 de dezembro de 2006 (Energisa NF).

Período de amortização	Energisa NF	Energisa BO	Energisa PB	Total
2012 e 2013	2.893	2.231	9.398	14.522
2014 e 2015	3.003	1.842	8.298	13.143
2016 e 2017	-	1.894	7.998	9.892
2018 e 2019	-	1.972	7.698	9.670
2020 e 2021	-	2.023	7.498	9.521
2022 e 2023	-	2.075	7.098	9.173
2024 em diante	-	7.237	26.595	33.832
Total	<u>5.896</u>	<u>19.274</u>	<u>74.583</u>	<u>99.753</u>

15 Impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC's 26 e 32.

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

	Realização dos créditos fiscais	
	Controladora	Consolidado
2012	2.797	16.021
2013	2.797	15.235
2014	2.797	16.084
2015	2.797	29.511
2016	2.797	10.355
2017	912	7.838
2018 em diante	47.813	74.482
Total	<u>62.710</u>	<u>169.526</u>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	202.328	185.575	267.332	264.437
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(68.792)	(63.095)	(90.893)	(89.909)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	83.002	77.594	-	-
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	-	-	37.852	11.198
Outros	(4.484)	(5.426)	(2.237)	8.922
Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social	9.726	9.073	(55.278)	(69.789)
Alíquota efetiva	4,8%	4,9%	20,68%	26,4%

(*) As controladas Energisa SE, Energisa PB e Energisa BO possuem redução do imposto de renda e adicionais até os exercícios de 2013 (Energisa SE) e 2012 (Energisa PB e Energisa BO). O referido benefício fiscal consiste de redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas, no montante de R\$37.852 (R\$11.198 em 2010), sendo: R\$22.943 (R\$9.561 em 2010) na Energisa PB, R\$4.778 (R\$1.637 em 2010) na Energisa BO e R\$10.131 na Energisa SE (a Energisa SE não apurou redução de imposto de renda no exercício de 2010), foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/09.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2011	2010	2011	2010
Ativo				
Prejuízos fiscais	35.402	27.191	63.048	62.490
Base negativa de contribuição social	13.325	10.237	24.274	23.960
Diferenças temporárias	13.983	369	82.204	68.602
Total - não circulante	62.710	37.797	169.526	155.052
	2011	2010	2011	2010
Passivo				
Diferenças temporárias:				
Imposto de renda	12.375	720	25.659	7.812
Contribuição social	4.455	258	9.238	1.244
Total - não circulante	16.830	978	34.897	9.056

2010

Controladas	Informações sobre as controladas					Informações sobre o investimento da controladora	
	Capital Social	Nº ações/cotas detidas	%	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa MG	44.171	450.713.398	100	53.317	80.289	53.449	80.289
Energisa SE	311.069	195	100	33.826	325.709	33.926	325.709
Energisa PB	316.608	918	100	108.481	497.762	108.960	497.762
Energisa BO	46.835	293	100	12.628	84.947	12.798	84.947
Energisa NF	32.650	13	100	9.747	48.811	10.035	48.811
Energisa Soluções	26.624	79.464	100	3.304	34.021	3.304	34.021
Termosergipe	1.000	1.000	100	56	845	56	845
Energisa Serv. Aéreos	120	120	100	40	45	40	45
Energisa Planejamento	1.000	1.000	100	1.611	5.685	1.611	5.685
Energisa Comercializadora	1	1	100	4.332	3.251	4.332	3.251
Energisa Geração	1	1	100	-	68.249	-	68.248
PCH Zé Tunim	1	1	100	(9)	1	(9)	1
Renascença I	10	10	100	(33)	404	(33)	404
Renascença II	10	10	100	(40)	369	(40)	369
Renascença III	10	10	100	(29)	370	(29)	370
Renascença IV	10	10	100	(24)	373	(24)	373
Ventos do São Miguel	100	100	100	(1)	641	(1)	641
Parque Eólico Sobradinho	398	398	100	(93)	193	(93)	193
Energisa Central Eólica Renascença I	1	1	100	(13)	1	(13)	1
Energisa Central Eólica Renascença II	1	1	100	(13)	1	(13)	1
Energisa Central Eólica Renascença III	1	1	100	(13)	1	(13)	1
Energisa Central Eólica Renascença IV	1	1	100	(13)	1	(13)	1
Energisa Central Eólica Ventos São Miguel	1	1	100	(13)	1	(13)	1
Energisa Geração Usina Maurício	1	1	100	-	1	-	1
Total						228.217	1.151.970

Movimentação dos investimentos

Controladas	Saldo inicial	Subscrição/aquisição/ adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos pagos/propos tos pelas controladas	Equivalência patrimonial	Saldo final
	2010				2011
Energisa MG	80.289	-	(47.452)	35.484	68.321
Energisa SE	325.709	-	(24.748)	53.238	354.199
Energisa PB	497.762	-	(64.596)	123.060	556.226
Energisa BO	84.947	-	(13.416)	17.952	89.483
Energisa NF	48.811	-	(4.439)	6.214	50.586
Energisa Soluções	34.021	(3.416)	(325)	1.380	31.660
Termosergipe	845	(871)	-	58	32
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	45	880	-	(129)	796
Energisa Planejamento	5.685	-	(1.700)	1.700	5.685
Energisa Comercializadora	3.251	-	(4.575)	5.298	3.974
Alvorada Direitos Creditórios S.A	-	125	-	(1)	124
Energisa Geração Rio Grande	68.248	46.853	(316)	1.327	116.112
SPE Cristina	-	13.585	-	158	13.743
PCH Zé Tunim	1	13.774	-	(167)	13.608
Renascença I, II, III, IV, Ventos de São Miguel e Parque Eólico Sobradinho	2.350	965	-	(911)	2.404
Energisa Geração Usina Maurício	1	12	-	-	13
Energisa Bioeletricidade	-	1	-	-	1
Energisa Central Eólica Renascença I,II,III, IV e Ventos de São Miguel	5	305	-	(310)	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	-	64.973	-	(226)	64.747
Total	1.151.970	137.186	(161.567)	244.125	1.371.714

	Saldo inicial 2009	Subscrição/aquisição/adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos pagos/propostos pelas controladas	Realização de ajustes de avaliação patrimonial	Cisão (1)	Equivalência patrimonial	Saldo final 2010
Controladas							
Energisa MG	74.602	-	(47.762)	-	-	53.449	80.289
Energisa SE	320.586	-	(28.803)	-	-	33.926	325.709
Energisa PB	465.657	-	(76.855)	-	-	108.960	497.762
Energisa BO	81.080	-	(8.931)	-	-	12.798	84.947
Energisa NF	47.712	-	(8.936)	-	-	10.035	48.811
Energisa Soluções S/A (*)	99.346	-	(785)	-	(67.844)	3.304	34.021
Termosergipe	789	-	-	-	-	56	845
Energisa Serv. Aéreos	5	-	-	-	-	40	45
Energisa Planejamento	4.074	-	-	-	-	1.611	5.685
Energisa ..	1.439	-	(2.520)	-	-	4.332	3.251
Energisa Geração (*)	404	-	-	-	67.844	-	68.248
PCH Zé Tunim	-	10	-	-	-	(9)	1
Renascença I	-	437	-	-	-	(33)	404
Renascença II	-	409	-	-	-	(40)	369
Renascença III	-	399	-	-	-	(29)	370
Renascença IV	-	397	-	-	-	(24)	373
Ventos do São Miguel	-	642	-	-	-	(1)	641
Parque Eólico Sobradinho	-	286	-	-	-	(93)	193
Energisa Central Eólica Renascença I	-	14	-	-	-	(13)	1
Energisa Central Eólica Renascença II	-	14	-	-	-	(13)	1
Energisa Central Eólica Renascença III	-	14	-	-	-	(13)	1
Energisa Central Eólica Renascença IV	-	14	-	-	-	(13)	1
Energisa Central Eólica Ventos São Miguel	-	14	-	-	-	(13)	1
Energisa Geração Usina Maurício	-	1	-	-	-	-	1
Total	1.095.696	2.651	(174.592)	-	-	228.217	1.151.970

Combinação de negócios:

Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das ações do capital da SPE Cristina Energisa S/A, por R\$3.862. A controlada é titular da PCH Cristina, localizada no município de Cristina em Minas Gerais com capacidade instalada de 3,8 KW, tendo sido concluída sua construção em dezembro de 2011, quando entrou em produção comercial de energia elétrica. O patrimônio líquido contábil na data da aquisição, no valor de R\$13.585, basicamente se traduz da diferença dos ativos de geração da PCH Cristina e o financiamento de construção junto ao BDMG. Na avaliação da Administração, os valores contábeis dos ativos de geração, refletem o valor justo dos mesmos, considerando que o empreendimento foi recém construído e a análise técnica efetuada dos valores de construção não demonstrou distorções relevantes para custos de empreendimentos de igual porte. Da mesma forma, o empréstimo para a construção, obtido junto ao BDMG, apresenta-se com condições e características usuais praticadas por esse banco de fomento para operações similares. Dessa forma, a diferença entre o valor pago aos antigos controladores e o valor justo dos ativos e passivos, na data da aquisição, no montante de R\$9.723, representando uma compra vantajosa, foi reconhecido no resultado do exercício na rubrica de outras receitas operacionais.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

	Nota	2011
Caixa e equivalentes de caixa		519
Contas a receber de clientes e outros créditos		1.309
Imobilizado	18	31.467
Intangíveis	19	2
Fornecedores e outras contas a pagar		494
Empréstimos e financiamentos		9.986
Débitos com partes relacionadas	15	9.074
Total líquido de ativos identificáveis		13.743

18 Imobilizado

	Controladora					Saldo final 2011
	Saldo inicial 2010	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	
Em Serviço						
Terrenos	20	-	-	-	-	20
Edificações e benfeitorias	3.446	-	-	-	-	3.446
Máquinas e equipamentos	3.195	-	21	-	-	3.216
Veículos	8.365	-	118	-	-	8.483
Móveis e utensílios	12.826	-	614	-	-	13.440
Total em Serviço	27.852	-	753	-	-	28.605
Depreciação acumulada						
Edificações e benfeitorias	(1.525)	-	-	-	(123)	(1.648)
Máquinas e equipamentos	(2.655)	-	-	-	(95)	(2.750)
Veículos	(3.708)	-	-	-	(1.675)	(5.383)
Móveis e utensílios	(8.883)	-	-	-	(797)	(9.680)
Total Depreciação	(16.771)	-	-	-	(2.690)	(19.461)
Em Curso	252	777	(753)	-	-	276
Total do Imobilizado	11.333	777	-	-	(2.690)	9.420

	Controladora					Saldo final 2010
	Saldo inicial 2009	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	
Em Serviço						
Terrenos	38	-	-	(18)	-	20
Edificações e benfeitorias	5.812	-	-	(2.366)	-	3.446
Máquinas e equipamentos	3.172	-	23	-	-	3.195
Veículos	8.247	-	118	-	-	8.365
Móveis e utensílios	12.063	-	763	-	-	12.826
Total em Serviço	29.332	-	904	(2.384)	-	27.852
Depreciação acumulada						
Edificações e benfeitorias	(2.086)	-	-	696	(135)	(1.525)
Máquinas e equipamentos	(2.561)	-	-	-	(94)	(2.655)
Veículos	(2.054)	-	-	-	(1.654)	(3.708)
Móveis e utensílios	(8.059)	-	-	-	(824)	(8.883)
Total Depreciação	(14.760)	-	-	696	(2.707)	(16.771)
Em Curso	-	1.156	(904)	-	-	252
Total do Imobilizado	14.572	1.156	-	(1.688)	(2.707)	11.333

	Consolidado					Saldo final 2011
	Saldo inicial 2010	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	
Em Serviço						
Terrenos	1.164	-	3.756	-	-	4.920
Reservatório, Barragens e Adutoras	-	-	29.104	-	-	29.104
Edificações e benfeitorias	10.827	-	8.771	-	-	19.598
Máquinas e equipamentos	18.333	-	25.694	(395)	-	43.632
Veículos	16.259	-	1.067	(888)	-	16.438
Móveis e utensílios	15.973	-	997	(251)	-	16.719
Total em Serviço	62.556	-	69.389	(1.534)	-	130.411
Depreciação acumulada						
Reservatório, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	(582)	(582)
Edificações e benfeitorias	(3.009)	-	-	-	(484)	(3.493)
Máquinas e equipamentos	(10.720)	-	-	241	(1.743)	(12.222)
Veículos	(7.554)	-	-	107	(2.902)	(10.349)
Móveis e utensílios	(10.430)	-	-	165	(1.098)	(11.363)
Total Depreciação	(31.713)	-	-	513	(6.809)	(38.009)
Em Curso	189.069	180.930	(69.389)	-	-	300.610
Total do Imobilizado	219.912	180.930	-	(1.021)	(6.809)	393.012

	Consolidado					Saldo final 2010
	Saldo inicial 2009	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	
Em Serviço						
Terrenos	1.182	-	-	(18)	-	1.164
Edificações e benfeitorias	13.193	-	-	(2.366)	-	10.827
Máquinas e equipamentos	16.834	-	1.499	-	-	18.333
Veículos	13.682	-	2.779	(202)	-	16.259
Móveis e utensílios	14.898	86	1.075	(86)	-	15.973
Total em Serviço	59.789	86	5.353	(2.672)	-	62.556
Depreciação acumulada						
Edificações e benfeitorias	(3.385)	-	-	696	(320)	(3.009)
Máquinas e equipamentos	(9.582)	-	-	-	(1.138)	(10.720)
Veículos	(5.044)	-	-	155	(2.665)	(7.554)
Móveis e utensílios	(9.320)	-	-	9	(1.119)	(10.430)
Total Depreciação	(27.331)	-	-	860	(5.242)	(31.713)
Em Curso	81.802	112.631	(5.353)	-	-	189.069
Total do Imobilizado	114.260	112.717	-	(1.812)	(5.242)	219.912

19 Intangível

19.1 Intangível - controladora

	Saldo inicial 2010	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo final 2011
Em Serviço						
Custo dos softwares	2.912	-	779	-	-	3.691
Amortização	(640)	-	-	-	(589)	(1.229)
Subtotal	2.272	-	779	-	(589)	2.462
Em Curso	-	779	(779)	-	-	-
Total Geral	2.272	779	-	-	(589)	2.462

	Saldo inicial 2009	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo final 2010
Em Serviço						
Custo dos softwares	1.934	-	981	(3)	-	2.912
Amortização	(253)	-	-	-	(387)	(640)
Subtotal	1.681	-	981	(3)	(387)	2.272
Em Curso	-	981	(981)	-	-	-
Total Geral	1.681	981	-	(3)	(387)	2.272

19.2 Intangível - Contrato de Concessão e estudos e projetos - consolidado

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

CONSOLIDADO						
	Saldo inicial 2010	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo final 2011
Em Serviço						
Custo	2.152.862	2	195.333	(26.359)	-	2.321.838
Amortização	(900.942)	-	-	17.375	(116.965)	(1.000.532)
Subtotal	1.251.920	2	195.333	(8.984)	(116.965)	1.321.306
Em Curso (1)	164.023	312.098	(194.184)	(92.199)	-	189.738
Estudos e Projetos (2)	11.576	2.882	(1.149)	(3)	-	13.306
Total	1.427.519	314.982	-	(101.186)	(116.965)	1.524.350
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	375.075	-	26.357	(5.696)	-	395.736
Amortização	(42.782)	-	-	-	(25.000)	(67.782)
Subtotal	332.293	-	26.357	(5.696)	(25.000)	327.954
Em Curso (1)	155.971	11.645	(26.357)	-	-	141.259
Total	488.264	11.645	-	(5.696)	(25.000)	469.213
Total Geral	939.255	303.337	-	(95.490)	(91.965)	1.055.137

CONSOLIDADO						
	Saldo inicial 2009	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo final 2010
Em Serviço						
Custo	1.991.138	-	187.118	(25.394)	-	2.152.862
Amortização	(799.173)	-	-	13.354	(115.123)	(900.942)
Subtotal	1.191.965	-	187.118	(12.040)	(115.123)	1.251.920
Em Curso (1)	147.351	257.572	(187.118)	(53.782)	-	164.023
Estudos e Projetos	8.632	2.944	-	-	-	11.576
Total	1.347.948	260.516	-	(65.822)	(115.123)	1.427.519
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	354.000	-	28.857	(7.782)	-	375.075
Amortização	(20.496)	-	-	720	(23.006)	(42.782)
Subtotal	333.504	-	28.857	(7.062)	(23.006)	332.293
Em Curso (1)	146.867	37.961	(28.857)	-	-	155.971
Total	480.371	37.961	-	(7.062)	(23.006)	488.264
Total Geral	867.577	222.555	-	(58.760)	(92.117)	939.255

(1) As baixas referem-se as transferências para contas a receber da concessão.

(2) Referente a projetos de construção de usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas. Alguns desses projetos dependem de licença ambiental. De acordo com o Plano de Negócio é estimada a construção desses investimentos entre os exercícios de 2012 e 2015, já tendo iniciado a construção da PCH Zé Tunim com potência instalada de 8 MW, com duas unidades geradora, produção anual de 43,2 GWh e investimentos da ordem de R\$65 milhões.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações, são vinculados ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas

médias de amortização das controladas são: Energisa MG (4,69%), Energisa PB (4,66%), Energisa SE (4,75%), Energisa BO (4,81%) e Energisa NF (4,48%).

O saldo do intangível - contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2011	2010
Contribuições do consumidor	260.211	244.161
Participação da União - recursos CDE	324.349	328.046
Participação do Governo do Estado	76.198	75.804
Reserva para reversão	1.722	1.722
(-) Amortização acumulada	(67.782)	(42.782)
Total	594.698	606.951
Alocação:		
Contas a receber da concessão	125.485	118.687
Infra-estrutura - Intangível em serviço	327.954	332.293
Infra-estrutura - Intangível em curso	141.259	155.971
Total	594.698	606.951

- As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão das controladas Energisa SE e Energisa MG, incidindo, juros de 5% a.a. pagos mensalmente.
- A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos. As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: Energisa SE (abril/2008), Energisa MG (junho/2008), Energisa NF (junho/2008), Energisa BO (fevereiro/2009) e Energisa PB (agosto de 2009).

Durante o exercício de 2011 e 2010 as controladas efetuaram a transferência de encargos financeiros, conforme abaixo:

	2011	2010
Encargos financeiros contabilizados no resultado	229.007	189.331
(-) transferência para o imobilizado em curso (*)	(6.156)	(6.309)
(-) transferência para o intangível em curso (*)	(11.705)	(7.850)
Efeito líquido no resultado	211.146	175.172

(*) Conforme CPC20 as controladas utilizaram a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

19.3 Direito de concessão

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Reconhecido por controladas (1)	-	-	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	319.576	319.576	333.819	333.819
Amortização acumulada	(88.524)	(73.534)	(289.639)	(256.959)
Subtotal	231.052	246.042	582.192	614.872

A movimentação está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	246.042	250.142	614.872	635.448
Aquisição	-	10.956	-	10.956
Amortização no exercício	(14.990)	(15.056)	(32.680)	(31.532)
Saldo final	231.052	246.042	582.192	614.872

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada Energisa SE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica,

previsto para dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de lucratividade projetadas. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 2011 o saldo a amortizar pela controlada é de R\$351.137 (R\$368.827 em 2010).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Corresponde aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas Energisa NF, Energisa BO, Energisa SE e Energisa PB, no montante de R\$199.806 (R\$214.796 em 2010), os quais estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas.

A Companhia adquiriu seis empresas de propósitos específicos: (i) (Renascença I, II, III e IV e Ventos do São Miguel), detentoras de projetos eólicos localizados no município de Parazinho - RN, pelo valor de R\$25.231 e; (ii) Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$6.018.

Os projetos prevêem a instalação de nove parques eólicos, totalizando a capacidade instalada de 236 MW. Para instalação desses projetos, as empresas possuem contratos de arrendamento de aproximadamente 4 mil hectares de terras pelo prazo de até 37 anos. Os valores pagos na aquisição dos parques estão alocados como concessão, a serem amortizados em 20 anos a partir da entrada em operação comercial das empresas. Os estudos econômico-financeiros dos projetos para o prazo de exploração de 20 anos demonstram capacidade de recuperabilidade do valor.

Os projetos Renascença e Ventos do São Miguel foram vencedores do Leilão de Fontes Alternativas 2010, organizado pelo governo federal em agosto de 2010. Estes projetos comercializarão 59,7 MW médios pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$ 136,00/MWh a partir de janeiro de 2013, ajustados pela inflação. Parte remanescente da produção prevista dos parques (aproximadamente 9MW médios ou 10% da capacidade total) foi preservada para venda no mercado livre.

Esses parques já se encontram em construção, com o cronograma de obras cumprindo o planejamento de execução, tendo sido investido até dezembro de 2011 o montante de R\$64.837.

O projeto Sobradinho ainda não contratou sua geração de energia, e deverá participar dos próximos leilões regulados, que ocorrem regularmente. Alternativamente, estruturas de acesso ao mercado livre vêm sendo avaliadas e poderão ser utilizadas com este projeto. Em 2011 foram investidos R\$565.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social na controlada Energisa SE é como segue:

Período de amortização	Controladora	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social - Energisa SE
2012 e 2013	28.850	65.734	12.540
2014 e 2015	26.225	65.125	13.226
2016 e 2017	19.960	60.879	13.913
2018 e 2019	19.573	62.508	14.598
2020 e 2021	19.329	64.269	15.280
2022 e 2023	18.891	65.815	15.954
2024 em diante	98.224	197.862	33.876
Total	231.052	582.192	119.387

20 Programa Nacional de Universalização e Luz para Todos

Abaixo são apresentados as características dos Programas de Universalização de Energia e LUZ PARA TODOS, iniciados no exercício de 2004 pelas controladas Energisa MG, Energisa SE e Energisa PB:

Recursos	Energisa MG		Energisa SE		Energisa PB		Total
	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	
Programa Luz para Todos:	%	%	%	%	%	%	
Governo Estadual	-	85	-	85	-	85	
Governo Federal-CDE	46,6	-	79,3	-	73,7	-	
Distribuidora - RGR	38,4	-	5,7	-	11,3	-	
Distribuidora - próprios	15	15	15	15	15	15	
Recursos investidos - (R\$ mil)	104.745		244.714		242.836		592.295
Recursos recebidos da Eletrobrás/Estado - (R\$ mil)	107.825		176.444		221.490		505.759
Ligações executadas	27.097		50.960		64.129		142.186
Ano de Conclusão	2010		2011		2011		
R\$ mil a investir	7.210		1.005		-		8.215
Consumidores a atender	-		314		-		314
Universalização:							
Ano de conclusão	2005		2009		2008		
R\$ mil investidos	8.400		6.100		21.800		36.300
Consumidores atendidos	15.023		12.599		28.758		56.380
Recursos a serem recebidos da Eletrobrás e Governo Estaduais (R\$ mil)	-		-		34.728		34.728

Informações não financeiras não examinadas pelos auditores independentes.

Pelos números apresentados, verifica-se que as controladas tiveram seus mercados sensivelmente aumentados com a ligação dos consumidores contemplados pelos respectivos Planos de Universalização e do Programa Luz para Todos, ressaltando-se que, além desses, estarão sendo conectados aos sistemas das distribuidoras aqueles oriundos do crescimento vegetativo, já que os aqui indicados compõem apenas o déficit atual.

A Administração destaca o desafio na implantação desses Programas, nos quais foram aplicados recursos de investimentos, considerando os que foram investidos na ampliação do sistema para atender ao crescimento vegetativo, no acréscimo da capacidade instalada e na manutenção das instalações existentes. Entretanto, tais investimentos contribuíram, em muito, para eliminar perdas de energia existentes, bem como, minimizar diferenças regionais, além de ampliar o mercado consumidor, evitando o êxodo rural para as grandes cidades, como também impactando positivamente, com reflexos diretos, as potencialidades de crescimento dos Estados de Sergipe e da Paraíba e na Zona Leste da Zona da Mata Mineira.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Suprimento: (1)				
Furnas	-	-	136	136
Ampla	-	-	1.227	1.695
CCEE	-	-	1.913	5.553
Contratos Bilaterais (1)	-	-	117.829	106.173
Uso de rede básica (1)	-	-	9.181	8.902
Conexão à rede (1)	-	-	957	1.055
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	7.799	12.499
Materiais, serviços e outros (2)	998	1.194	41.180	49.568
Total	998	1.194	180.222	185.581
Circulante	998	1.194	174.910	180.842
Não Circulante	-	-	5.312	4.739

1. Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

22 Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Notas Perpétuas Híbridas

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	2011	2010	
ENERGISA S/A	Em moeda estrangeira						
	Notas Perpétuas Híbridas	7.367	-	375.160	382.527	-	(1)
	Total em moeda estrangeira	7.367	-	375.160	382.527	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(969)	-	(3.150)	(4.119)	-	
	Total	6.398	-	372.010	378.408	-	
ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	170	12.984	-	13.154	26.230	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	135	-	15.000	15.135	15.149	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	12	139	634	785	952	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	382	2.527	2.955	3.421	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	474	2.965	3.506	5.097	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	-	15	440	455	152	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	-	286	286	173	
	Eletrobrás - Subtransmissão	72	2.045	4.006	6.123	4.934	
	Eletrobrás - Luz no Campo	9	181	-	190	471	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	15.206	1.272	16.478		
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	7	4.751	-	4.758	11.307	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	15	2.229	11.293	13.537	16.314	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	1.066	4.074	6.140	11.280	13.077	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	289	1.113	22.240	23.642	21.112	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	-	-	-	35	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	28	130	2.980	3.138	527	
	Financiamento INERGUS PO	-	854	22.576	23.430	24.107	
	Financiamento INERGUS PSI		1.817	21.701	23.518	25.344	
	Total em moeda nacional	1.916	46.394	114.060	162.370	168.402	
	Em moeda estrangeira						
	NOTES UNITS	10.612	-	200.872	211.484	187.853	(2)
	Total em moeda estrangeira	10.612	-	200.872	211.484	187.853	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(12)	(192)	(6.886)	(7.090)	(7.505)	
	Total	12.516	46.202	308.046	366.764	348.750	
ENERGISA PARAIBA	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	73	6.650	-	6.723	13.254	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	548	-	61.000	61.548	61.575	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	30	305	1.546	1.881	2.268	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	74	466	3.119	3.659	4.209	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	69	581	2.530	3.180	5.479	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	64	414	3.910	4.388	4.882	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	54	343	3.788	4.185	4.323	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	6	18	2.198	2.222	1.330	
	Eletrobrás - Subtransmissão	22	3.355	21.588	24.965	8.939	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	16	16	32	52	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	11	22	33	49	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	8	16	24	34	
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	74	-	74	319	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	1.737	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	6.908	-	6.908	10.390	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	23	5.675	11.212	16.910	22.943	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	59	9.423	42.747	52.229	61.759	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	13	3.513	54.259	57.785	58.963	

	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	9	2.434	10.923	13.366	15.791	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	52	783	6.315	7.150	3.161	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	-	-	-	29	
	Financiamento Funasa	-	-	-	-	17.400	
	Total em moeda nacional	1.096	40.977	225.189	267.262	298.886	
	Em moeda estrangeira						
	NOTES UNITS	5.714	-	108.164	113.878	101.154	(2)
	Total em moeda estrangeira	5.714	-	108.164	113.878	101.154	
	Custos de captação incorridos na contratação	(44)	(328)	(5.344)	(5.716)	(6.361)	
	Total ENERGISA PARAÍBA	6.766	40.649	328.009	375.424	393.679	
MINAS GERAIS	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	153	16.625	-	16.778	33.136	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	131	-	15.000	15.131	15.135	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	65	1.416	5.295	6.776	7.911	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	12	48	62	71	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	261	2.480	21.249	23.990	27.030	
	Eletrobrás - Luz para Todos	-	-	269	269	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	6	1.667	-	1.673	4.272	
	Banco HSBC - repasse BNDES	10	673	1.591	2.274	2.787	
	Banco HSBC - repasse BNDES	5	214	709	928	1.012	
	Banco HSBC - repasse BNDES	9	319	1.059	1.387	1.708	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	89	331	3.732	4.152	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	19	98	1.065	1.182	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	40	135	1.558	1.733	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	3	2	617	622	-	
	Banco ITAU BBA - BNDES PER	88	-	2.000	2.088	-	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	28	83	3.396	3.507	324	
	CCB - Banco Bradesco	1.208	12.500	37.500	51.208	63.882	(2)
	Total em moeda nacional	2.117	36.555	95.088	133.760	157.268	
	Em moeda estrangeira						
	Citibank	226	-	30.857	31.083	-	
	Merryl Lynch	256	-	53.488	53.744	-	
	Total em moeda estrangeira	482	-	84.345	84.827	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(162)	(184)	(357)	(560)	
	Total ENERGISA MINAS GERAIS	2.588	36.393	179.249	218.230	156.708	
NOVA FRIBURGO	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	43	6.650	-	6.693	13.234	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	53	-	4.000	4.053	4.058	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	85	355	440	529	
	Banco Pine - repasse BNDES	3	923	-	926	2.346	
	Banco HSBC - repasse BNDES	3	41	23	67	215	
	Banco HSBC - repasse BNDES	2	146	644	792	816	
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	54	210	265	13	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	7	128	1.516	1.651	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	2	93	385	480	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	3	54	631	688	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	5	46	1.082	1.133	-	
	Banco ITAU BBA - BNDES PER	88	-	2.000	2.088	-	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	2	36	369	407	106	
	Banco Santander Brasil	21	5.000	-	5.021	5.590	
	Total em moeda nacional	233	13.256	11.215	24.704	27.207	
	Em moeda estrangeira						
	Citibank	113	-	15.475	15.588	-	
	Total em moeda estrangeira	113	-	15.475	15.588	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(1)	(66)	(50)	(117)	(196)	
	Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	345	13.190	26.640	40.175	27.011	

BORBOREMA	Em moeda nacional					
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	76	6.466	-	6.542	13.086
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	39	-	5.000	5.039	5.040
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	76	209	287	347
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	4	2	6	11
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	73	1.742	8.243	10.058	11.203
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	37	381	7.620	8.038	1.894
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	6	69	668	743	281
	Total em moeda nacional	233	8.738	21.742	30.713	31.862
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(4)	(92)	(146)	(242)	(354)
	Total ENERGISA BORBOREMA	229	8.646	21.596	30.471	31.508
SOLUÇÕES	Em moeda nacional					
	Banco HSBC - Leasing	-	-	-	-	40
	Finep	24	966	6.144	7.134	4.089
	Total em moeda nacional	24	966	6.144	7.134	4.129
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(41)	(41)	(41)
	Total ENERGISA SOLUÇÕES	24	966	6.103	7.093	4.088
ENERGISA R.G.GERAÇÃO	Em moeda nacional					
	Financiamento BNDES	355	9.763	90.858	100.976	93.616 (2)
	Financiamento BNDES	76	3.588	33.958	37.622	35.756 (2)
	Banco ITAU BBA - BNDES PER	88	-	2.000	2.088	- (2)
	Total em moeda nacional	519	13.351	126.816	140.686	129.372
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(234)	(234)	(234)
	Total ENERGISA RIO GRANDE GERAÇÃO	519	13.351	126.582	140.452	129.138
SPE CRISTINA	Em moeda nacional					
	Financiamento BDMG	31	382	6.865	7.278	-
	Financiamento BDMG	5	344	2.410	2.759	-
	Total em moeda nacional	36	726	9.275	10.037	-
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(50)	(50)	-
	Total SPE CRISTINA	36	726	9.225	9.987	-
CONSOLIDADO	Total em moeda nacional	6.174	160.963	609.529	776.666	817.126
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(16)	(320)	(471)	(807)	(1.385)
	Total em moeda estrangeira	24.288	-	784.016	808.304	289.007
	Custos de captação incorridos na contratação	(1.025)	(520)	(15.614)	(17.159)	(13.866)
	TOTAL	29.421	160.123	1.377.460	1.567.004	1.090.882

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantém aplicações financeiras no montante R\$92.886 (R\$102.582 em 2010), registrado na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante consolidado.

(1) Em 27 de janeiro de 2011, a Companhia concluiu no mercado de capitais internacional, o lançamento de Notas Perpétuas Híbridas com opção de diferimento de seus rendimentos, no montante de US\$200 milhões (equivalentes a R\$334.400 naquela data), negociados no mercado da Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF). As Notas Perpétuas Híbridas receberam classificação de risco Ba2 pela Moody's Invertor Service e BB pela Fitch Ratings. Os rendimentos das notas são da ordem de 9,5% a.a, pagos trimestralmente a partir de 27 de abril de 2011. As notas não são resgatáveis pelos seus detentores e a Companhia possui a discricionariedade de diferir o pagamento de seus rendimentos indefinidamente (opção de diferimento), nesse caso apenas se comprometendo a não recomendar a distribuição de dividendos, dentro das limitações legais e societárias, de forma que pode ter que vir a distribuir dividendos mínimos obrigatórios mesmo se optar por diferir o pagamento dos rendimentos. No exercício foram pagos juros no montante de R\$26.520 (equivalentes a US\$ 14,25 milhões).

Considerando os termos dos CPC 38, 39 e 40, convergidos às IAS 39, IAS 32 e IFRS 7, a Administração classificou originalmente as Notas Perpétuas Híbridas como instrumento

patrimonial. A Administração entende, com base também em posicionamento emitido pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e aprovado pelo International Financial Reporting Standards Board (IASB), que um incentivo ou a intenção da administração para pagar não geram uma obrigação presente para a entidade e por isto não pode gerar classificação de um instrumento financeiro como passivo financeiro. A Administração da Companhia observou ainda a prática internacional em relação ao registro de instrumentos perpétuos de natureza similar, constatando que várias companhias em vários países que adotam as normas internacionais de contabilidade (IFRS), como emitidas pelos IASB, apresentam tais instrumentos como títulos patrimoniais. Adicionalmente, a Administração avaliou originalmente, que a Companhia, que conforme a Lei 6.404/76 inclui os seus acionistas como parte da sua estrutura corporativa, mantém o direito de destinar os saldos de reservas de lucros que eventualmente ultrapassem os limites legais/estatutários para aumento de capital, sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de outubro de 2011, a Superintendência de Relações com Empresas (SEP), emitiu o Ofício/CVM/SEP/GEA-5/No 247/2011, apresentando sua interpretação sobre a classificação contábil das Notas Perpétuas Híbridas como instrumento financeiro passivo e determinou a reclassificação contábil para o grupo do passivo. A Companhia recorreu da decisão ao colegiado da CVM, que manteve a determinação de reclassificação confirmada em Ata do Colegiado de 24 de janeiro de 2012. A CVM observou que “se trata de uma decisão complexa, pois as normas contábeis internacionais certamente têm diversas leituras possíveis e, portanto, diversas respostas defensáveis”. No entanto, a CVM considerou, dentre outros aspectos, que o “curso normal dos negócios de uma companhia, exige que, havendo lucros, tais lucros sejam distribuídos em algum momento, que não está inteiramente sob o controle dos administradores, do acionista controlador, ou mesmo, da assembléia geral...”.

Em estrita obediência às determinações da CVM, a Administração reclassificou os títulos perpétuos para o passivo não circulante - empréstimos e financiamentos, bem como reflete no resultado do exercício todos os encargos de remuneração dos títulos, enquanto anteriormente os juros quando declarados eram deduzidos do patrimônio líquido.

(2) Os financiamentos relativos às NOTES UNITS, o BNDES (Energisa Geração) e Bradesco (CCB) possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos Financeiros). Em 31 de dezembro de 2011, todas as exigências contratuais foram cumpridas.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os contratos NOTES UNITS e os juros das Notas Perpétuas Híbridas possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 35).

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011:

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
ENERGISA S.A	Notas Perpétuas Híbridas	-	-	-	-	Dólar	+	9,5% a.a	(1)
Energisa SE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	30	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	39	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	46	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal, após jul.2012	Recebíveis	68	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	71	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	23	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2012	mensal	Recebíveis	4	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Devolução LPT	jan-2013	mensal	-	7	Selic Acumulada			
	Financiamento Inergus - PO	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	106	INPC/IPCA	+	6,0%	
	Financiamento Inergus - PSI	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	60	INPC/IPCA	+	6,0%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investment os 2005-2006 (FNE)	nov-2012	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	6		pré-fixado	7,9%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ.Investment os 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34		pré-fixado	8,3%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ.Investment os 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	24	TJLP	+	4,0%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investment os 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	51		pré-fixado	8,4%	(2)
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado		de 4,5% a 5,5%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	18	Dólar	+	10,5%	(1)
Energisa PB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	

	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	31	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	39	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	43	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	54	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal	Recebíveis	59	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	71	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	29	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2013	trimestral	-	12	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	17	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	17	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	abr-2012	mensal	Recebíveis	3	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Devolução LPT	jul-2012	mensal	-	6	Selic Acumulada			
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	18		pré-fixado	7,7%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34		pré-fixado	7,8%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal, após jun.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	49		pré-fixado	8,1%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	33	TJLP	+	4,0%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado		de 4,5% a 5,5%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	18	Dólar	+	10,5%	(1)
Energisa MG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	49	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2018	mensal, após mar. 2013	Recebíveis	45	RGR	+	5,0%	
	Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	27	CDI	+	1,25%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	jun-2012	mensal	Recebíveis	3	TJLP	+	4,7%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	25	TJLP	+	4,3%	

	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval da Energisa S.A.	27	UMBND	+	4,3% + juros variáveis		
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	27	TJLP	+	3,9%		
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	TJLP	+	4,75% 3,75%+ juros variáveis		
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	56	UMBND	+			
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	TJLP	+	5,95%		
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	61	pré	fixado	5,5%		
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	32	pré-fixado		5,5%		
	Banco Itaú BBA - FINAME	até mai-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado		de 4,5% a 10%		
	Citibank	set-2014	Final	Aval Energisa S.A	33	libor	+	2,25%	(1)	
	Bank of America Merrill Lynch	out-2013	Final	Aval Energisa S.A	34	libor	+	2,0%	(1)	
Energisa NF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%		
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%		
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	34	RGR	+	5,0%		
	Banco Pine - repasse BNDES	ago-2012	mensal	Recebíveis + aval Energisa S/A	4	TJLP	+	4,8%		
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	15	TJLP	+	4,3%		
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	28	UMBND	+	4,3% + juros variáveis		
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	27	TJLP	+	3,9%		
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	56	TJLP	+	4,75% 3,75% + juros variáveis		
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	50	UMBND	+			
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	56	TJLP	+	5,95%		
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	58	pré	fixado	5,5%		
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	32	pré-fixado		5,5%		
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado		de 4,5% a 5,5%		
	Banco Santander	abr-2012	final	Aval Energisa S.A.	2	CDI	+	1,65%		
	Citibank	set-2014	final	Aval Energisa S.A.	33	Libor	+	2,25%	(1)	
	Energisa BO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%	
		Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	
		Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	28	RGR	+	5,0%	

	Eletrobrás - Luz no Campo	fev-2013	mensal	Recebíveis	8	RGR	+	5,0%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34		pré-fixado	7,5%	(2)
	Banco do Nordeste Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	50		pré-fixado	7,5%	(2)
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62		pré-fixado	de 4,5% a 5,5%	
Energisa Soluções	FINEP	out-2018	mensal, após jan.2012	Fiança Energisa S.A.	42		pré-fixado	8%	
Energisa Geração Rio Grande	BNDES- Financ. Invest.	jan-2025	mensal	Ações E. Rio Grande + Recebíveis	77	TJLP	+	2,05%	
	BNDES- Financ. Invest.	set-2019	mensal	Ações E. Rio Grande + Recebíveis	49		pré-fixado	4,5%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	32		pré-fixado	5,5%	
SPE Cristina	BDMG - repasse BNDES	dez-2021	mensal, após jun-2012		65	TJLP	+	4,0%	
	BDMG - repasse BNDES	dez-2019	mensal, após jan-2012		60		pré-fixado	4,5%	
1 - Possui Swap.									
2 - Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.									

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2011	2010
US\$ x R\$	12,58%	-4,30%
TJLP	6,0%	6,0%
SELIC	11,62%	9,77%
CDI	11,60%	9,74%
IPCA	6,50%	5,91%
IGP-M	5,10%	11,32%

Em 31 de dezembro de 2011 os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2013	-	390.228
2014	-	189.307
2015	-	83.107
2016	-	62.296
2017	-	49.664
Após 2017	-	230.848
Subtotal	-	1.005.450
Notas perpétuas híbridas0	372.010	372.010
Total	372.010	1.377.460

23 Debêntures

Principais características das debêntures:

	Controladora		Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE	
	3ª Emissão	4ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão (1)	2ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	01/04/2008	15/10/2010	15/12/2009	15/12/2009	08/11/2007	15/12/2009
Data de vencimento	01/04/2014	15/10/2016	15/12/2014	15/12/2014	08/11/2015	15/12/2014
Garantia	Real	Real	Quirografária	Quirografária	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,6% a.a	CDI + 1,9% a.a	CDI + 1,9% a.a	Variação Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,9% a.a
Quantidade de títulos	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Valor na data de emissão	150.000	300.000	60.000	80.000	73.248	60.000
Títulos em circulação	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Carência de Juros	6 meses	7 meses	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Amortizações/parcelas	5 semestrais	5 semestrais	Final	Final	3 anuais	Final
Saldos em 2011 (2)	153.774	305.820	60.010	79.993	79.548	60.010
Circulante	64.346	7.796	319	426	1.160	319
Não circulante	89.428	298.024	59.691	79.567	78.388	59.691
Saldos em 2010 (2)	153.596	305.471	59.973	79.964	70.600	59.973
Circulante	4.193	7.473	313	417	1.045	313
Não circulante	149.403	297.998	59.660	79.547	69.555	59.660

(1) Possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos. (Vide nota nº 35 - Instrumentos Financeiros).

(2) Deduzido de R\$2.547 (R\$2.598 em 2010) controladora e R\$4.126 (R\$4.288 em 2010) no consolidado referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2011 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2011 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2013	59.619	85.748
2014	129.151	354.229
2015	99.341	125.471
2016	99.341	99.341
Total	387.452	664.789

24 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
ICMS	-	-	62.002	57.668
Encargos Sociais	264	276	6.011	4.703
IRPJ	239	732	9.538	5.955
CSSL	90	265	10.954	9.144
PIS/COFINS	525	469	39.311	33.941
Outros	557	506	11.309	10.364
Total	1.675	2.248	139.125	121.775
Circulante	1.675	2.248	135.073	118.548
Não Circulante	-	-	4.052	3.227

25 Parcelamento de impostos - consolidado

Descrição	Energisa MG	Energisa NF	Energisa SE	2011	2010
Benefício da Lei 11.941/2009 - Refis IV e parcelamento de débito	4.384	1.157	9.072	14.613	21.148
Número de parcelas	38	4	63	-	-
Parcelamento ICMS	-	-	35	35	1.116
Número de parcelas	-	-	4	-	-

As controladas Energisa SE e Energisa NF, optaram pelo parcelamento do saldo remanescente do Programa especial - PAES, utilizando os benefícios da Lei 11.941/2009.

A controlada Energisa MG optou por parcelamento de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic.

No exercício, foram efetuados pagamentos de R\$7.647, registrados juros Selic de R\$2.463 e revertido provisão de R\$2.432.

Os saldos dos impostos parcelados no consolidado estão assim programados:

	2011	2010
2011	-	13.662
2012	4.639	6.686
2013	3.058	1.916
Após	6.951	-
Total	14.648	22.264
Circulante	4.551	13.662
Não circulante	10.097	8.602

26 Provisões para contingências - consolidado

a) Risco provável - composição e movimentações

	Saldo inicial 2010	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2011
Trabalhistas	38.538	9.109	(19.768)	1.838	29.717
Cíveis	32.600	10.659	(10.774)	670	33.155
Fiscais	8.985	1.665	(4.250)	1.317	7.717
Total	80.123	21.433	(34.792)	3.825	70.589
Depósitos e cauções vinculados (*)	(26.730)	-	-	-	(22.682)

	Saldo inicial 2009	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2010
Trabalhistas	40.336	7.710	(11.333)	1.825	38.538
Cíveis	35.846	8.166	(12.812)	1.400	32.600
Fiscais	7.720	4.043	(3.179)	401	8.985
Total	83.902	19.919	(27.324)	3.626	80.123
Depósitos e cauções vinculados (*)	(32.697)	-	-	-	(26.730)

(*) As controladas Energisa SE, Energisa BO, Energisa PB, Energisa MG, Energisa NF e Energisa Soluções possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$55.592 (R\$52.985 em 2010), sendo que R\$32.910 (R\$26.255 em 2010) não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

Durante o exercício de 2011, a assessoria jurídica das controladas, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, efetuou análise dos processos trabalhistas em andamento e, como consequência, foi registrado complemento de provisão de R\$9.109 (R\$7.710 em 2010) e reversão de provisão de R\$19.768 (R\$11.333 em 2010).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, periculosidade, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$3.192.

No exercício de 2011, foi registrado complemento de provisão de R\$10.659 (R\$8.166 em 2010) e reversão de provisões da ordem de R\$10.774 (R\$12.812 em 2010).

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

No exercício de 2011, foi registrado complemento de provisões de R\$1.665 (R\$4.043 em 2010) e reversão de provisões de R\$4.250 (R\$3.179 em 2010), referente à liquidação de processos judiciais de INSS, COFINS e IRPJ.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de perda foi estimada como provável, para as controladas Energisa SE, Energisa BO, Energisa PB, Energisa MG, Energisa NF e Energisa Soluções.

Perdas possíveis:

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$378.712 (R\$193.064 em 2010) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue-se comentários de nossos consultores jurídicos referentes às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Referem-se a reclamações trabalhistas, no montante de R\$20.634 (R\$10.632 em 2010), no consolidado, que têm por objeto a cobrança de verbas contratuais/legais por responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, cobrança de contribuição sindical, diferenças de periculosidade e indenização referente a acidente do trabalho onde as controladas figuram como litisconsorte passivo de empreiteiras (pleito de responsabilidade subsidiária), multa requerida pelo Ministério Público do Trabalho em ação civil pública que tem por objeto proibir a terceirização de serviços.

Cíveis

Esses processos, no montante de R\$119.015 (R\$78.546 em 2010), no consolidado, têm por objeto pedido relacionados a indenizações por danos morais/materiais, reclamações de clientes, pedidos sobre supostas diferenças a devolver decorrentes do cálculo da CVA, devolução de encargos emergenciais, valores a receber em virtude da privatização das controladas envolvendo débitos de energia, discussão de penalidade administrativa aplicada pelo CADE, consumidores reivindicando o reembolso dos valores pagos resultantes de PIS, COFINS e ICMS.

Fiscais

Referem-se a processos, no montante de R\$239.063 (R\$103.886 em 2010), no consolidado, referente a redução da base de cálculo do IRPJ e CSSL - amortização do ágio incorporado pelas controladas Energisa EPB e Energisa EBO, diferenças de tributos e contribuições - IRPJ/CSSL/PIS/COFINS/INSS/ISS, diferenças de ICMS pagos sobre demanda contratada, diferenças de FGTS e taxa de uso do solo.

27 Patrimônio líquido

27.1 *Capital Social*

Em AGE de 29 de abril de 2011, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$131.211, sem alteração da quantidade de ações, com capitalização de parte da reserva retenção de lucros acumulados por mudança de prática contábil. Após esse ato societário, o capital social passou a ser de R\$600.000 e está representado por 522.604.096 ações ordinárias e 577.253.459 ações preferenciais, totalizando 1.099.857.555 ações, todas nominativas e sem valor nominal. O montante de Units emitidos é de 138.442.721.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital sem prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 ações ordinárias e em até 1.373.700.000 ações preferenciais.

A Companhia mantém em tesouraria para cancelamento e ou alienação 4.368.045 (4.368.045 em 2010) ações ordinárias e 17.529.630 (17.529.630 em 2010) ações preferenciais. O montante em Units é de 4.368.045. O valor despendido nessas compras foi de R\$42.675 (R\$42.675 em 2010). O valor de mercado em 31 de dezembro de 2011 corresponde a R\$51.068 (R\$43.785 em 2010).

27.2 *Reserva de lucros - reserva legal*

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

27.3 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício o montante de R\$97.967 (R\$53.018 em 2010) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

27.4 Reserva de lucros - retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil

Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2006. Na AGE de abril de 2011, R\$131.210 foram capitalizados e o saldo remanescente de R\$165.214, será mantido no patrimônio líquido, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembléia Geral de Acionistas.

27.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	212.054	194.648
Ajustes efetuados pela adoção dos padrões internacionais de contabilidade	-	(37.325)
Reserva legal	(10.603)	(7.866)
Lucro líquido ajustado	201.451	149.457
Dividendos propostos:		
Dividendos antecipados (pagos 02 de setembro de 2011):		
Ações ordinárias R\$0,056 (R\$0,056 em 2010) por ação e R\$0,28 (R\$0,28 em 2010) por Units	29.021	29.151
Ações preferenciais R\$0,056 (R\$0,056 em 2010) por ação e R\$0,28 (R\$0,28 em 2010) por Units	31.345	31.715
	60.366	60.866
Dividendos adicionais propostos: (1)		
Ações ordinárias e preferenciais R\$0,04 (R\$0,033/ação em 2010) e R\$0,20 (R\$0,165/Units em 2010)	43.118	35.573
Total dos dividendos	103.484	96.439
% sobre o lucro líquido	51,37%	64,6

(1) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08. O Conselho de Administração deliberou em 08 de março de 2012 o pagamento dos dividendos adicionais em 04 de abril de 2012.

27.6 Limite das reservas de lucros

A Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária, a capitalização de R\$60.000 da reserva de lucros - retenção de lucro acumulado, de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76. Com esse aumento o capital social passará para R\$660.000, sem alteração da quantidade de ações.

28 Receita operacional

28.1 Receita operacional bruta - controladora

	2011	2010
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	51.601	46.726
Deduções a receita operacional		
PIS	851	771
COFINS	3.922	3.551
ISS	1.032	935
Receita operacional líquida	45.796	41.469

(*) Refere-se aos serviços administrativos prestados as suas controladas.

28.2 Receita operacional bruta - consolidado

	2011			2010		
	Não auditado			Não auditado		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	2.034.199	2.764.561	1.249.511	1.955.523	2.592.811	1.130.847
Industrial	12.596	1.419.641	474.280	12.555	1.488.442	459.022
Comercial	181.757	1.384.095	631.334	168.375	1.337.421	568.197
Rural	195.186	464.614	112.926	173.273	471.891	106.452
Poder Público:						
Federal	883	95.169	57.339	856	90.766	52.814
Estadual	8.287	143.622	62.273	8.131	137.868	57.187
Municipal	15.881	139.183	45.774	15.309	134.168	42.166
Iluminação Pública	1.480	451.498	108.237	1.447	429.172	96.602
Serviço Público	2.845	455.261	119.538	2.723	439.315	109.892
Consumo Próprio	296	10.642		304	10.762	
Subtotal	2.453.410	7.328.286	2.861.212	2.338.496	7.132.616	2.623.179
Remuneração do contas a receber da Concessão	-	-	19.603	-	-	18.748
Suprimento	2	482.623	23.300	2	343.686	26.920
Fornecimento não faturado (líquido)	-	1.000	20.219	-	(10.554)	(1.120)
Venda de Energia a Cons. Livres	43	764.338	132.086	-	455.750	78.966
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	145.744	29	-	129.118
Serviços especializados (1)	-	-	41.226	-	-	64.338
Receita de Construção - infraestrutura	-	-	265.066	-	-	200.141
Outras receitas operacionais	-	-	38.152	-	-	11.019
Total - receita operacional bruta	2.453.455	8.576.247	3.546.608	2.338.527	7.921.498	3.151.309
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	625.443	-	-	568.135
PIS	-	-	55.393	-	-	49.832
COFINS	-	-	255.443	-	-	229.557
ISS	-	-	3.767	-	-	3.271
Quota da RGR	-	-	22.590	-	-	18.649
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	10.164	-	-	9.295
Conta de Desenv. Energético - CDE	-	-	31.230	-	-	27.292
Conta de Desenv. Energético - CCC	-	-	99.703	-	-	76.087
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	16.262	-	-	14.872
Total - deduções a receita operacional			1.119.995			996.990
Total - receita operacional líquida	2.453.455	8.576.247	2.426.613	2.338.527	7.921.498	2.154.319

- O número de consumidores no consolidado, inclui o somatório de consumidores das controladas Energisa SE, Energisa BO, Energisa PB, Energisa MG e Energisa NF.

(1) Refere-se, basicamente a serviços prestados de administração, manutenção e conservação de usinas hidrelétricas e subestações de terceiros.

29 Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

NATUREZA DO GASTO	CONTROLADORA		TOTAL	
	CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO	DESPESAS OPERACIONAIS GERAIS		
	A	E	2011	2010
	TERCEIROS	ADMINIST.		
Pessoal e administradores	14.064	1.705	15.769	15.238
Entidade de previdência privada	-	304	304	316
Material	291	265	556	453
Serviços de terceiro	4.131	4.825	8.956	10.189
Depreciação e amortização	2.387	15.882	18.269	18.150
Outras	769	287	1.056	1.064
	21.642	23.268	44.910	45.410

CONSOLIDADO

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS			TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.		2011	2010
Energia elétrica comprada para revenda	967.772	-	-	-	-		967.772	869.038
Encargo de uso-sist. de trans. e distrib.	164.816	-	-	-	-		164.816	160.514
Pessoal e administradores	-	90.055	28.696	37.304	101.390		257.445	234.101
Entidade de previdência privada	-	3.030	129	215	7.722		11.096	10.600
Material	-	7.588	7.373	11.845	7.504		34.310	29.951
Serviços de terceiro	-	16.942	20.360	47.567	55.149		140.018	118.434
Depreciação e amortização	-	82.919	3.529	639	44.367		131.454	136.560
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	17.018	-		17.018	(7.209)
Provisões para contingências	-	(7.110)	-	-	(6.249)		(13.359)	(7.405)
Custo de construção - infraestrutura	-	-	265.065	-	-		265.065	200.141
Outras	-	10.264	3.593	3.292	18.048		35.197	46.705
	1.132.588	203.688	328.745	117.880	227.931		2.010.832	1.791.430

30 Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Outras Receitas:				
Ganho na desativação	56	-	432	7.628
Alienação de investimento	24	-	11.730	-
Outras (*)	9.723	980	12.392	930
Total	<u>9.803</u>	<u>980</u>	<u>24.554</u>	<u>8.558</u>
Outras Despesas:				
Perda na desativação	-	-	6.922	7.651
Custo da alienação de investimento	-	-	10.625	-
Outras	8	1.193	(697)	(138)
Total	<u>8</u>	<u>1.193</u>	<u>16.850</u>	<u>7.513</u>

(*) Inclui R\$9.723 de ganho por compra vantajosa na aquisição da totalidade das ações da SPE Cristina S/A (vide nota explicativa nº17).

31 Receitas e despesas financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Receita de aplicações financeiras	46.462	15.780	87.143	57.889
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	36.064	34.104
Outras receitas financeiras	9.402	12.709	18.134	42.351
Total receitas financeiras	55.864	28.489	141.341	134.344
Encargos de dívidas - juros	(92.326)	(59.365)	(229.007)	(189.331)
Encargos de dívidas - variação monetária cambial	(40.760)	-	(93.324)	13.740
Transferência para ordens em curso	-	-	17.861	14.159
Ajuste Valor Presente Ativo	-	-	(5.324)	(5.821)
Marcação a Mercado Derivativos	27.906	10.321	25.423	11.560
Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.144)	(7.613)	20.749	(35.414)
Outras despesas financeiras	(1.018)	(10.320)	(33.872)	(42.734)
Total despesas financeiras	(108.342)	(66.977)	(297.494)	(233.841)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(52.478)	(38.488)	(156.153)	(99.497)

32 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas:		
Ações ordinárias	101.946	93.020
Ações preferenciais	110.108	101.628
Total	212.054	194.648
Média ponderada das ações ordinárias (mil)	518.236	521.149
Média ponderada das ações preferenciais (mil)	559.724	569.373
Total	1.077.960	1.090.522
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	0,1967	0,1785

33 Cobertura de seguros

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária	Controladora		Consolidado	
			2011	2010	2011	2010
Riscos operacionais	23/10/2012	40.000	24	20	981	585
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2012	33.953	10	10	722	692
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2012	Até R\$200 mil/ veículo	14	14	419	396
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	23/10/2012	457	-	-	3	3
Aeronáutico - casco/LUC	23/10/2012	60.147	-	-	79	82
Riscos de engenharia - PCH's	29/02/2012	61.541	-	-	245	1.665
Responsabilidade civil geral - PCH's	29/02/2012	18.000	-	-	39	315
Multiline - PCH's	29/02/2012	4.105	-	-	15	15
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2012	74.035	117	171	976	1.284
			165	215	3.479	5.037

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Multiline para as PCH's do Rio Grande de responsabilidade da controlada Energisa Geração Rio Grande S/A

Estes ramos são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCH's do Segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

34 Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas possuem veículos no montante de R\$276 (R\$426 em 2010) na controladora e R\$511 (R\$935 em 2010) no consolidado, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI + juros de até 4% a.a..

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC-06, reconheceram os montantes de R\$49 em 2010 na controladora e R\$59 em 2010 no consolidado como despesas financeiras, e R\$150 (R\$151 em 2010) na controladora e R\$424 (R\$1.368 em 2010) no consolidado, como despesa de depreciação.

Durante o exercício de 2011, foram liquidados todos os contratos de arrendamento mercantil.

35 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e de mercado dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora:

	2011		2010	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	144.421	144.421	131.532	131.532
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	233.430	233.430	16.942	16.942
Clientes, consumidores e concessionárias	4.488	4.488	3.651	3.651
Títulos de créditos a receber e outros	955	955	2.989	2.989
Passivos				
Fornecedores	(998)	(998)	(1.194)	(1.194)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	(838.002)	(837.750)	(459.067)	(459.067)

Consolidado:

	2011		2010	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	355.023	355.023	382.726	382.726
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	392.145	392.145	181.649	181.649
Clientes, consumidores e concessionárias	428.738	428.738	396.061	396.061
Títulos de créditos a receber e outros	142.167	142.167	126.029	126.029
Contas a receber da concessão	254.940	254.940	171.018	171.018
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos				
Fornecedores	(180.222)	(180.222)	(185.581)	(185.581)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas, Notas Perpétuas Híbridas e debêntures	(2.306.159)	(2.373.248)	(1.820.459)	(1.849.228)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui, caixa e equivalente de caixa, clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de energia e de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG e Finep, estão compatíveis com o valor justo de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso dos empréstimos dos BONDS, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, Banco Santander, Citibank, 3ª e 4ª emissão de debêntures da controladora, 1ª e 2ª emissão de debêntures (Energisa SE), a 1ª emissão de debêntures (Energisa PB), empréstimo junto ao Bradesco, Bank of America, Merrill Lynch e 7ª emissão de debêntures (Energisa MG), o valor contábil difere do valor justo, em face de existir um mercado de negociação para os títulos ou existir operações similares no mercado. Esses instrumentos financeiros estão classificados como "passivos financeiros não mensurados a valor justo". Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabeleceu o seu valor justo utilizando técnica de avaliação fundamentada no desconto de fluxos futuros a valor presente, com base nas taxas disponíveis no mercado, contudo, o valor justo reflete a qualidade de crédito do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas, portanto fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (estas políticas são revistas anualmente, tendo sido a última revisão em 24 de fevereiro de 2011 disponíveis no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas. A política de administração de risco da Companhia e suas controladas foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Energisa e de suas controladas.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	CONTROLADORA					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	998	-	-	-	-	998
Debêntures	63.986	70.921	353.966	309.849	625.958	1.424.680
Total	64.984	70.921	353.966	309.849	625.958	1.425.678

	CONSOLIDADO					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	174.910	-	-	-	5.312	180.222
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	202.720	218.239	1.368.885	559.083	1.029.633	3.378.560
Total	377.630	218.239	1.368.885	559.083	1.034.945	3.558.782

Não inclui as Notas Perpétuas Híbridas no montante R\$378.408. As notas pagam juros trimestrais de 9,5% a.a. a partir de abril de 2011.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito, principalmente das empresas controladas distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitas às modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	144.421	131.532	355.023	382.726
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	233.430	16.942	392.145	181.649
Clientes, consumidores e concessionárias	4.488	3.651	428.738	396.061
Títulos de créditos a receber e outros	955	2.989	142.167	126.029
Contas a receber da concessão	-	-	254.940	171.018

O detalhamento desses créditos estão apresentados nas notas explicativas nº6, 7, 8 e 16.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 22, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia e de suas controladas são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2011, com alta de 12,58% sobre 31 de dezembro de 2010, cotado a R\$1,8758/ USD.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Energisa consolidadas em 31 de dezembro de 2011, de R\$2.328.251 (R\$1.839.998 em 2010), R\$888.277 (R\$360.062 em 2010) estão representados

em dólares, provenientes da emissão internacional de Notas Perpétuas Híbridas com opção de diferimento de seus rendimentos, no montante de US\$200 milhões (equivalentes a R\$382.527, incluídos juros), Notes Units (65% emitida pela Energisa Sergipe e 35% emitida pela Energisa Paraíba), cujo saldo em circulação ao final de dezembro, incluindo juros, era de US\$173,4 milhões (US\$164,7 milhões de principal), US\$42,6 milhões (US\$42 milhões de principal) em debêntures emitidas pela Energisa Sergipe, US\$45,2 milhões (US\$45,0 milhões de principal) de empréstimo da Energisa Minas Gerais e US\$8,3 milhões (US\$8,3 milhões de principal) de empréstimo da Energisa Nova Friburgo. As Notas têm vencimento de longo prazo, em 19 de julho de 2013 e custo de US\$ + 10,5% ao ano. As debêntures incorrem ao custo de US\$ + 8,85% ao ano e têm também, vencimento de longo prazo, em três parcelas anuais, sendo a última em 8 de novembro de 2015. Os empréstimos têm vencimento de longo prazo, ou seja, 30 de setembro de 2014 e 26 de outubro de 2014 e custos de até US\$ + Libor + 2,25% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 apresenta no ativo não circulante R\$27.184 na controladora, R\$39.600 (R\$9.891 em 2010) no consolidado, R\$2.099 em 2010 no passivo circulante da controladora e R\$24.099 (R\$47.836 em 2010) no passivo não circulante consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações contábeis. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

Ademais, a própria valorização do Real frente ao Dólar de partida das operações é responsável pela quase totalidade desta posição passiva líquida, o que é natural nas operações de hedge, onde as empresas deixam de estar passivas em Dólar para estarem passivas em CDI.

As controladas possuem proteção contra variação cambial adversa dos financiamentos atrelados ao dólar, mencionados acima. As proteções acima estão divididas em 4 instrumentos descritos a seguir:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$42 milhões de principal e US\$ 7,5 milhões de juros através de série de swaps cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$2,5817 (Mai-12) e R\$/US\$ 2,884 (Nov-13) pelo prazo até 08/11/2013, visando a proteção da emissão de debêntures contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ + 8,85% a.a. por 120,6% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos para 08/05/2012 até 08/11/2013 bem como o valor do principal nesta última data.
2. Proteção para o montante equivalente a US\$164,7 milhões de principal e US\$35,1 milhões de juros através de séries de Swaps Cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$2,595 (Jan-12) e R\$/US\$2,917 (Jul-2013) pelo prazo até 19/07/2013. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 10,5% a.a. por 131,5% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 19/01/2012 até 19/07/2013 bem como o valor do principal nesta última data.
3. Proteção para o montante equivalente a US\$24,8 milhões de principal mais juros, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,917 (Set-14) pelo prazo até 30/09/2014, visando a proteção de empréstimos contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ + (LIBOR + 2,25% a.a.) por 91,5% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos para 30/03/2012 até 30/09/2014 bem como o valor do principal nesta última data.
4. Proteção para o montante equivalente a US\$28,5 milhões de principal mais juros, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,917 (Out-14) pelo prazo até 27/10/2014, visando a proteção de empréstimo contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ + (LIBOR + 2,00% a.a.) por 91,0% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos para 26/04/2012 até 27/10/2014 bem como o valor do principal nesta última data.

Além disso, a Energisa S.A. possui instrumentos financeiros de hedge que refletem a proteção para as remunerações das Notas Perpétuas Híbridas até 27/01/2016, equivalentes a US\$ 80,8 milhões através de swaps cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$2,211 (Jan-12) e R\$/US\$ 3,038 (Jan-16), realizando assim um swap do custo de US\$ + 9,5% a.a. (10,86% a.a. incluindo Imposto de Renda na remessa internacional) por 106,875% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos entre 27/01/2012 até 27/01/2016.

Em acordo com a política de gestão de riscos decorrentes do Mercado Financeiros, adicionalmente, o Grupo Energisa poderá transacionar operações de câmbio visando a proteção adicional de balanço ou

mesmo a arbitragem em períodos de maior volatilidade, limitado a US\$ 50 milhões no somatório destas exposições.

Aproveitando a diferença de taxas entre a compra e a venda de dólares, negociadas nos mercados externos (offshore) e no mercado local (onshore), a Energisa comprou NDF no valor nominal de US\$50,0 milhões e vendeu NDF no valor nominal de US\$50,0 milhões em agosto de 2011, ambas com vencimento em 09 de agosto de 2018. A taxa de compra é de R\$2,54/US\$ e a taxa de venda é R\$2,74/US\$.

No exercício, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado negativo de R\$2.144 (R\$7.613 em 2010) na controladora e positivo em R\$20.749 (negativo de R\$35.414 em 2010), no consolidado, decorrentes de uma apreciação do dólar.

A Administração da Energisa e de suas controladas permanecem atentas aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia e de suas controladas procederam a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Valor de referência				Valor justo		Efeito acumulado	
						A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
2011	2010		Descrição	2011	2010		
Nocional (BRL)			Posição Ativa				
Swap	100.000	-	Taxa de Juros Pré-fixada e CDI	111.192	-	144	-
			Posição Passiva				
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(110.060)	-	-	-
			Posição Total Swap	1.132	-	144	-
Nocional (BRL)			Posição Ativa				
Swap com opções - Itaú BBA, Santander, Merrill Lynch e Citibank	829.084	384.910	Moeda Estrangeira- USD	762.471	418.694	2.506	-
			Posição Passiva			-	
			Taxa de Juros CDI	(731.848)	(451.046)	-	
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(15.787)	(5.593)	-	
			Posição Total Swap Com Opções	14.836	(37.945)	2.506	
Nocional (BRL)			Posição Ativa				
Compra e venda de Forward USD	264.000	-		152.831	-	-	-
			Posição Passiva				
				(153.298)	-	-	-
			Posição Total	(467)	-	-	-
Nocional (BRL)			Posição Ativa				
Forward USD/EUR com gatilho	-	139.809	Opções de venda USD/EUR	-	1.273	-	-
			Posição passiva				
			Opção de compra USD/EUR com barreira	-	(3.372)	-	-
			Posição total	-	(2.099)	-	-

O Valor Justo dos derivativos efetuados pelas controladas em 31 de dezembro 2011 e 2010, foram apurados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. Esses contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa e suas controladas foram calculadas utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do

prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

(1) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2011, com a simulação dos efeitos nas demonstrações contábeis futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações contábeis):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Debêntures			17.937	(557)	(19.051)
Swap com Opções					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	88.157	Alta do US\$	73.753	92.191	110.629
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(89.127)		(89.127)	(89.127)	(89.127)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(1.776)		-	-	(235)
Subtotal	(2.746)		(15.374)	3.064	21.267
Líquido	(2.746)		2.563	2.507	2.216
Instrumentos financeiros - Notes Units			49.271	(28.265)	(105.800)
Swap com Opções					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	359.411	Alta do US\$	310.136	387.670	465.204
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(366.361)		(366.361)	(366.361)	(366.361)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(3.794)		-	-	(1.187)
Subtotal	(10.744)		(56.225)	21.309	97.656
Líquido	(10.744)		(6.954)	(6.956)	(8.144)
Instrumentos financeiros - Juros das Notas Perpétuas Híbridas			26.360	(7.505)	(41.370)
Swap com Opções					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	161.819	Alta do US\$	135.460	169.325	203.190
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(129.178)		(129.178)	(129.178)	(129.178)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(6.123)		-	(313)	(10.950)
Subtotal	26.518		6.282	39.834	63.062
Líquido	26.518		32.642	32.329	21.692
Compra e venda de Forward USD					
		Alta e queda do USD			
Posição ativa	152.831		152.831	152.831	152.831
Posição passiva	(153.298)		(133.385)	(173.601)	(241.296)
Subtotal	(467)		19.446	(20.770)	(88.465)
Líquido	(467)		19.446	(20.770)	(88.465)
Instrumentos financeiros - Empréstimos Citibank e Merrill Lynch			20.563	482	(19.600)
Swap com Opções					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	100.889	Alta do US\$	80.326	100.407	120.489
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(97.467)		(94.987)	(94.987)	(94.987)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(3.432)		-	-	-
Subtotal	(10)		(14.661)	5.420	25.502
Líquido	(10)		5.902	5.902	5.902
Total	12.551		53.599	13.012	(66.799)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2011, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2011, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$53.599, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$13.012 e negativo de R\$66.799, respectivamente.

As Notas Perpétuas Híbridas não são resgatáveis pelos detentores e, portanto não foram contratadas proteção cambial para as mesmas. Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2011, apresentamos abaixo os cenários com deterioração do dólar:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)(*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Principal das					
Notas Perpétuas Híbridas					
Exposição	(375.160)	Alta do US\$	(375.160)	(468.950)	(562.740)
Variação			-	(93.790)	(187.580)

(2) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2011, com a simulação dos efeitos nas demonstrações contábeis futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações contábeis):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)(*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Swap com Opções			-	(3.917)	(7.785)
Posição Ativa - Taxa de juros pré-fixada e CDI	111.192		111.192	115.110	118.979
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(110.060)	Alta da TJLP/IPCA	(109.953)	(130.848)	(151.678)
Subtotal	1.132		1.239	(15.738)	(32.699)
Líquido	1.132		1.239	(19.655)	(40.484)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2011 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11,40% a.a., TJLP = 6% a.a. e FNE = 8% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	696.216	Alta CDI	81.598	102.073	122.578
Instrumentos financeiros passivos:					
	(893.728)	Alta CDI	(27.397)	(34.714)	(40.652)
Empréstimos e financiamentos	(143.468)	Alta TJLP	(3.200)	(3.831)	(4.357)
	(97.491)	Alta FNE	(1.576)	(2.097)	(2.516)
Subtotal (2)	(1.134.687)		(32.173)	(40.642)	(47.525)
Total	(438.471)		49.425	61.431	75.053

- (1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2012 (11,40% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2011, TJLP 6% a.a e recursos do FNE de 8% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

- (2) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$888.277.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

		Controladora		Consolidado	
Instrumentos financeiros	Nível	2011	2010	2011	2010
Ativos					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	233.430	16.942	392.145	181.649
Instrumentos financeiros derivativos	2	27.184	-	39.600	9.891
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	(2.099)	(24.099)	(49.935)

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em referência e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Gestão do Capital

Os objetivos da Energisa e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade da continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Energisa e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

36 Benefícios a empregados

Segue a composição dos saldos do superávit e déficit atuarial dos planos de pensão:

Saldos dos planos	Plano de Pensão					
	BD		PS		Prêmio Aposentadoria	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Inergus	(18.779)	(16.160)	(24.186)	(21.164)	-	-
Funasa	(25.859)	(26.913)	(1.241)	(15.876)	-	-
BB Previdência	2.633	2.373	-	-	-	-
Catleo (Energisa MG)	2.569	4.586	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	(3.183)	(2.511)
Total	(42.069)	(38.487)	(25.427)	(37.040)	(3.183)	(2.511)

Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Os planos de benefícios previdenciários mantidos pelas controladas Energisa PB (Funasa) e Energisa SE (Inergus) na modalidade de benefício definido, regularmente apresentavam déficits atuariais, equacionados no exercício de 2009 com aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada as seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pelas patrocinadoras Energisa Sergipe e Energisa Paraíba com os respectivos fundos patrocinados - Inergus e Funasa, respectivamente. Em função de suas características, os planos (PS) não serão objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pelas patrocinadoras.

Os planos (CD) se caracterizam por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pelas patrocinadoras e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores dos planos. Dessa forma, os planos nessa modalidade não geram para as patrocinadoras, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

A controlada Energisa MG, também possui plano de benefícios definidos, sendo vedado o ingresso de novos participantes a partir de seu fechamento em 19/11/1997. Atualmente, somente 20 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas. Esse plano é administrado pelo HSBC e sempre demonstrou ser superavitário.

Os colaboradores da Energisa BO participam do fundo de benefício definido administrado pela Brasil Previdência que sempre demonstrou ser superavitário.

Plano de contribuições definidas

A Energisa, Energisa Soluções, Energisa MG e Energisa NF, possuem plano de contribuição definida, bem como as controladas Energisa PB e Energisa SE após a reestruturação apresentada acima.

Abaixo demonstrativo dos planos de pensões e aposentadoria:

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2011	2010		2011	2010
Energisa S/A	CD	304	316	3,24	-	-
Energisa MG	CD	228	244	0,96	-	-
Energisa MG	BD	-	-	4,64	2.569	4.586
Energisa NF	CD	91	92	2,06	-	-
Energisa Soluções	CD	291	335	1,52	-	-
Energisa SE	PS	245	3.314	1,87	(24.186)	(21.164)
Energisa SE	BD	575	148	7,20	(18.779)	(16.160)
Energisa SE	CD	687	393	2,50	-	-
Energisa PB	PS	274	2.341	0,51	(1.241)	(15.876)
Energisa PB	BD	5.830	6.568	10,84	(25.859)	(26.913)
Energisa PB	CD	601	319	1,12	-	-
Energisa BO	BD	115	171	1,56	2.633	2.373

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuários externos, os quais emitiram pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pelas administrações dos planos.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos relacionados aos planos de aposentadorias, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as regras, aprovada pela Deliberação 600 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Plano de Benefício definido:

	Inergus		Funasa		Energisa BO		Energisa MG	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Benefício definido (*)								
Valor presente das obrigações atuariais	(88.318)	(82.632)	(107.130)	(100.041)	(3.695)	(3.536)	(1.698)	(1.601)
Valor justo dos ativos do plano	49.354	54.742	66.260	62.293	7.239	5.278	4.517	5.780
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(38.964)	(27.890)	(40.870)	(37.748)	3.544	1.742	2.819	4.179
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	20.185	11.730	15.011	10.835	(911)	631	(250)	407
Ativo (passivo) líquido	<u>(18.779)</u>	<u>(16.160)</u>	<u>(25.859)</u>	<u>(26.913)</u>	<u>2.633</u>	<u>2.373</u>	<u>2.569</u>	<u>4.586</u>

Plano Saldado:

	Inergus		Funasa	
	2011	2010	2011	2010
Plano Saldado (*)				
Valor presente das obrigações atuariais	(32.347)	(25.725)	(24.355)	(19.493)
Valor justo dos ativos do plano	8.161	4.561	23.114	3.617
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos/ Passivo líquido	<u>(24.186)</u>	<u>(21.164)</u>	<u>(1.241)</u>	<u>(15.876)</u>

(*) Déficits suportados por contratos de assunção de dívida, firmado pela controlada Energisa SE com o Inergus.

Demonstração das despesas para o exercício de 2012, segundo critérios da Deliberação 600 da CVM:

	Inergus		Funasa		Energisa BO
	PS (*)	BD (*)	PS (*)	BD	BD
Custo do serviço corrente	1.334	1.277	1.100	1.033	183
Custo dos juros	3.596	9.306	2.723	11.324	398
Rendimento esperado do ativo do plano	(773)	(4.457)	(2.276)	(5.950)	(706)
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidas	-	182	-	280	(12)
Contribuições dos empregados	-	(1.071)	-	(825)	(99)
Despesas previstas para 2012	<u>4.157</u>	<u>5.237</u>	<u>1.547</u>	<u>5.862</u>	<u>(236)</u>

(*) As despesas previstas para 2012 não impactarão a demonstração de resultado das patrocinadoras Energisa SE (Inergus - planos PS e BD) e Energisa PB (Funasa - plano PS) em face de estarem suportados por contratos de assunção de dívida.

Demonstração da movimentação do passivo da patrocinadora líquido do exercício:

	Inergus		Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
(Ativo) Passivo atuarial líquido no início do exercício:	21.164	16.160	15.876	26.913	(2.373)	(4.586)
Despesas (receitas) correntes	3.625	3.240	2.801	4.345	(170)	364
Contribuições da Companhia	-	(621)	-	(5.399)	(90)	-
Ganhos atuariais reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Impacto decorrente de redução no plano de benefício	(603)	-	(17.436)	-	-	-
Outros (reconhecimento de (ganhos) e perdas)	-	-	-	-	-	1.653
(Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício	<u>24.186</u>	<u>18.779</u>	<u>1.241</u>	<u>25.859</u>	<u>(2.633)</u>	<u>(2.569)</u>

Os ativos dos planos são:

	Consolidado	
	2011	2010
Cotas de fundos de renda fixa	142.451	122.835
Cotas de fundos de renda variável	8.244	6.894
Investimentos imobiliários	4.923	4.956
Empréstimos a participantes	1.793	1.859
Outros	790	2.478
	<u>158.201</u>	<u>139.022</u>

A movimentação do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2011				Energisa	Energisa
	Inergus		Funasa		BO	MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Valor justo dos ativos no início do exercício	4.561	54.742	3.617	62.293	5.278	5.780
Benefícios pagos	(577)	(9.723)	(213)	(11.847)	(260)	(129)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	638	-	581	105	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	621	-	5.399	90	-
Rendimento efetivo dos ativos	4.177	3.076	430	7.193	629	709
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	-	-	19.280	2.641	1.397	(1.843)
Valor justo dos ativos no final do exercício	<u>8.161</u>	<u>49.354</u>	<u>23.114</u>	<u>66.260</u>	<u>7.239</u>	<u>4.517</u>

	2010				Energisa	Energisa
	Inergus		Funasa		BO	MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Valor justo dos ativos no início do exercício	1.177	53.216	1.180	59.860	6.087	7.100
Benefícios pagos	(92)	(8.215)	(7)	(11.799)	(182)	(939)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	696	-	657	113	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	558	-	6.111	99	-
Rendimento efetivo dos ativos	3.476	5.348	127	5.913	658	(381)
Ganhos (perdas) atuarias dos ativos	-	3.139	2.317	1.551	(1.497)	-
Valor justo dos ativos no final do exercício	<u>4.561</u>	<u>54.742</u>	<u>3.617</u>	<u>62.293</u>	<u>5.278</u>	<u>5.780</u>

A movimentação do valor presente das obrigações é demonstrada como segue:

	2011				Energisa	Energisa
	Inergus		Funasa		BO	MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Saldo no início do exercício	25.725	82.632	19.493	100.041	3.536	1.601
Benefícios pagos no ano	(577)	(9.723)	(213)	(11.847)	(260)	(129)
Juros sobre obrigação atuarial	3.053	9.353	2.325	11.286	421	161
Custo do serviço corrente (com juros)	1.100	860	906	1.015	187	-
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	3.046	5.196	1.844	6.635	(189)	65
Saldo no final do exercício	<u>32.347</u>	<u>88.318</u>	<u>24.355</u>	<u>107.130</u>	<u>3.695</u>	<u>1.698</u>

2010

	Inergus		Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Saldo no início do exercício	22.804	77.014	17.789	102.300	2.807	1.536
Benefícios pagos no ano	(92)	(8.215)	(7)	(11.799)	(182)	(939)
Juros sobre obrigação atuarial	2.464	7.906	1.924	10.494	303	99
Custo do serviço corrente (com juros)	1.100	256	925	1.238	187	-
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	(551)	5.671	(1.138)	(2.192)	421	905
Saldo no final do exercício	25.725	82.632	19.493	100.041	3.536	1.601

A seguir, estão descritas as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

	Inergus	Funasa	Energisa BO	Energisa MG
	PS e BD	PS e BD	BD	BD
Taxa de desconto atuarial	5,39% a.a.	5,80% a.a.	5,43% a.a.	5,72% a.a.
Taxa de rendimento esperado dos ativos	6,3% a.a.	6,3% a.a.	4,34% a.a.	7,56% a.a.
Reajuste do benefício	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
Crescimento salarial			1 a 1,5%	
	0,5% a.a.	0,5% a.a.	a.a.	0% a.a.
Inflação projetada	5,30% a.a.	5,50% a.a.	5,30% a.a.	4,5% a.a.

Hipóteses Demográficas

	Inergus	Funasa	Energisa BO	Energisa MG
	PS e BD	PS e BD	BD	BD
Tábua de mortalidade	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	IAPC	IAPC	IAPC	NA

A seguir, apresenta-se um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa SE, Energisa PB, Energisa BO e Energisa MG aos seus empregados:

Descrição	Inergus		Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Participantes Ativos:						
Número	712	88	272	70	75	-
Idade Média	37,10	41,50	47,46	47,99	40,96	-
Tempo de participação (anos)	11,11	14,51	18,01	23,49	14,91	-
Salário de Participação Médio	R\$0,635	R\$2,475	R\$0,666	R\$2,314	R\$2,357	-
Participantes Assistidos:						
Número	4	357	7	486	8	6
Idade Média	57,25	62,53	54,43	67,86	64,86	76,3
Benefício Médio Mensal	R\$3,463	R\$1,722	R\$0,867	R\$1,503	R\$1,760	R\$1,156
Pensionistas:						
Número de Pensionistas	2	96	2	209	3	19
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$2,851	R\$0,932	R\$0,229	R\$0,719	R\$0,432	R\$0,159

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Com base em cálculo atuarial, foi provisionado como despesa de patrocínio do prêmio, R\$483 (R\$376 em 2010) na controladora, R\$859 (R\$662 em 2010) na Energisa Soluções, R\$1.402 (R\$1.126 em 2010) na Energisa MG e R\$431 (R\$347 em 2010) na Energisa NF.

Para o exercício de 2012 a despesa de manutenção do plano é de R\$106 (R\$106 em 2010) na controladora, R\$279 (R\$197 em 2010) na Energisa Soluções, R\$218 (R\$276 em 2010) na Energisa MG e R\$67 (R\$84 em 2010) na Energisa NF.

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no período, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Energisa S.A e consolidado.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

2011						
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Geração	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	466	1.146	332	932	9	2.876
Valor justo dos ativos do plano	(70)	(61)	(19)	(166)	-	(316)
Ganhos atuariais não reconhecidos	86	317	118	93	-	614
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	482	1.402	431	859	9	3.183

2010					
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Total
Valor presente das obrigações atuariais	376	1.126	347	662	2.511
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	376	1.126	347	662	2.511

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2011.

2011						
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Geração	Total
Valor presente das obrigações no início do ano	376	1.126	347	662	-	2.511
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	45	92	28	87	-	252
Juros sobre obrigação atuarial	43	130	40	78	-	291
Benefícios pagos no ano	(36)	(136)	(64)	(110)	-	(345)
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	38	(66)	(19)	215	9	177
Valor das obrigações calculadas no final do ano	466	1.146	332	932	9	2.886

2010					
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Total
Valor presente das obrigações no início do ano	-	-	-	-	-
Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	376	1.126	347	662	2.511
Valor das obrigações calculadas no final do ano	376	1.126	347	662	2.511

Demonstração das despesas para o exercício de 2012, segundo critérios da Deliberação 600 da CVM:

	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Geração	Total
Custo do serviço corrente (com juros)	54	93	32	168	2	349
Juros sobre as obrigações atuariais	52	134	39	108	1	334
Rendimentos esperados dos ativos do plano	3	2	-	-	-	8
Perdas (Ganhos) atuariais não reconhecidos	(3)	(11)	(4)	(3)	-	(18)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	106	218	67	279	3	673

b) Plano de saúde

As controladas Energisa SE, Energisa PB, Energisa BO e Energisa NF participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia, Energia MG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2011 as despesas com esse benefício foram de R\$627 (R\$490 em 2010) na controladora e R\$7.028 (R\$4.876 em 2010) no consolidado.

37 Compromissos - consolidado

A controladas possuem compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia	Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
ENERGISA NOVA FRIBURGO	2012 a 2014	37.394	38.663	39.940	-	-	-
ENERGISA MINAS GERAIS	2012 a 2044	146.104	153.651	159.254	161.618	163.444	1.556.907
ENERGISA PARAÍBA	2012 a 2044	394.911	309.212	258.816	269.238	264.075	4.113.052
ENERGISA SERGIPE	2012 a 2044	300.623	252.278	218.234	224.896	223.179	3.265.056
ENERGISA BORBOREMA	2012 a 2044	72.818	63.020	49.137	51.085	50.509	699.913
Total		951.848	816.824	725.380	706.837	701.207	9.634.927

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos. Representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2011, e foram homologados pela ANEEL.

- A energia requerida após 2011, encontra-se em processo de negociação junto ao gerador.
- Não estão incluídos os valores referentes a Quota do Proinfa e de Itaipu.

38 Concessão do serviço público de energia elétrica - consolidado

A controladas Energisa SE, Energisa BO, Energisa PB, Energisa MG e Energisa NF assinaram com a ANEEL contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, com as seguintes características:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
Energisa SE	23/12/1997	30 anos	23/12/2027
Energisa BO	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
Energisa PB	15/01/2001	30 anos	15/01/2031
Energisa MG	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015
Energisa NF	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015

(*) contados a partir de 7 de julho de 1995.

39 Meio ambiente

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz estudo de impacto ambiental e apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia;
3. Uso do etanol em toda a frota flex da empresa, evitando a emissão de CO₂. Existe o controle da emissão de CO₂ da frota da empresa.
4. Estudo de viabilidade técnica para implantação de fontes alternativas de energia (eólica e biomassa);
5. Operacionalização do Sistema de Gestão integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que atende aos requisitos estabelecidos pelas OHSAS 18.001 - Saúde e Segurança e ISO 14.001 - Meio Ambiente. Com esse sistema, a Energisa e suas controladas, pretendem mitigar as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir acidentes e doenças do trabalho;
6. A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de askarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais;
7. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos, recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, a disponibilização de papa-lâmpada, papa-pilha, cartuchos e baterias, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinamos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas.
8. Desenvolve campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa, proteção de tela dos computadores e distribuição de squeezes para os funcionários com objetivo de diminuir o consumo de copos descartáveis);
9. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam preservar a vida.
10. Atua junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e junto à Universidades e Órgãos do Meio Ambiente no apoio a treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores;
11. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder;
12. A coleta seletiva dos resíduos gerados nas sedes e agências de atendimento das controladas;
13. A controlada Energisa Soluções, desenvolve vários projetos de geração em estudos provenientes de fontes hidráulicas. Os empreendimentos do Grupo Energisa são realizados com todos os cuidados

ambientais necessários, alinhados a um desenvolvimento sustentável. A implantação de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) acarreta mudanças e interferências no meio ambiente. Por isso, a preocupação com os possíveis impactos ambientais decorrentes desta atividade faz parte da história e consciência da empresa. Dentre as atividades ambientais realizadas para implantação dos empreendimentos podemos citar:

- elaboração e gestão de todo o processo de licenciamento ambiental;
- cumprimento de todas as condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais;
- apoio às comunidades e municípios diretamente afetados pela implantação empreendimentos;
- elaboração e gestão de programas e projetos ambientais, sempre de acordo com a legislação vigente.

14. A controlada Energisa Soluções também atua na prestação de serviços de operação e manutenção de usinas hidroelétricas, atendendo atualmente mais de 120 usinas de diversos clientes. Todas as atividades de nossas equipes são realizadas respeitando-se as políticas e normas contidas no SGMASS bem como procedimentos e normas internas de nossos clientes, voltadas para o meio ambiente, saúde e segurança.
15. As controladas Energisa PB e Energisa BO, utilizam GNV - Gás Natural Veicular na frota de veículos, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica, uma vez que a sua combustão com excesso de ar tende a ser completa, liberando apenas dióxido de carbono (CO2) e água (H2O).
16. Outras ações: as controladas Energisa PB e Energisa BO apóiam a Reserva Biológica Guaribas, promovida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que atua no Brejo Paraibano, especificamente em Mamanguape - PB. Com a missão de desenvolver pesquisas na preservação de amostras representativas da Mata Atlântica do Nordeste, preservar amostras representativas dos encaves de Cerrado do Nordeste e Contribuir, na condição de área-núcleo com os objetivos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A Energisa BO, apoia a Cooperativa CONTRAMAERE, promovida pela UFCG- Universidade Federal de Campina Grande, que atua na região do planalto da Borborema, especificamente em Campina Grande. Com a missão de desenvolver pesquisas e reciclagem dos resíduos sólidos.

As informações não contábeis não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

No exercício de 2011, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$46.712 (R\$21.538 em 2010), sendo R\$41.957 (R\$17.492 em 2010) alocados no ativo imobilizado e R\$4.755 (R\$4.046 em 2010) despesas operacionais, no consolidado.

40 Evento subsequente

Aquisição de Investimentos:

A Energisa S.A., firmou com a Tonon Bioenergia S.A., 4 (quatro) Contratos de Compra e Venda de Ações de Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"). Os contratos contemplam um portfólio de ativos e projetos com capacidade instalada de 170 MW em usinas termelétricas movidas a biomassa de cana-de-açúcar, sendo: (i) aquisição de 85% do capital social de duas usinas termelétricas operacionais movidas a biomassa de cana-de-açúcar, totalizando 60 MW neste momento e 90 MW após expansão; e (ii) aquisição de 100% do direito de implementar e explorar comercialmente outras duas usinas termelétricas movidas a biomassa de cana-de-açúcar, que totalizarão 80 MW quando se tornarem operacionais. As usinas termelétricas estão localizadas nos Municípios Bocaina (SP) e Maracaju (MS). A concretização das aquisições das SPEs acima descritas se dará por R\$140 milhões, após a implementação das condições precedentes previstas nos Contratos de Compra e Venda de Ações e das autorizações dos órgãos reguladores. A Companhia espera realizar investimentos da ordem de R\$350 milhões na implementação das expansões, até meados de 2014, quando a geração anual consolidada exportada pelas 4 (quatro) usinas termelétricas deverá alcançar aproximadamente 81 MW médios.

Taxa de depreciação:

A Resolução Normativa n 474 da ANEEL, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço -infraestrutura- utilizada no setor elétrico. Em média, a vida útil dos ativos instalados nas concessionárias de distribuição de energia elétrica, passa de 22 para 26 anos. No entanto, para as concessionárias de geração de energia elétrica não houve mudanças significativas na vida útil. A aplicação das novas taxas se dará a partir de 1 de janeiro de 2012.